



PLATAFORMA BRASILEIRA DE DIREITOS
HUMANOS ECONÔMICOS, SOCIAIS,
CULTURAIS E AMBIENTAIS
Plataforma DhESCA Brasil

Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação
Rua General Jardim, 660-4º andar-Vila Buarque
CEP: 01223-010- São Paulo/SP – Brasil
+55 (11) 3151.2333 r.108/132
<http://www.dhescbrasil.org.br> –
e-mail denise@acaoeducativa.org
suelaine.carneiro@acaoeducativa.org

RELATORIA NACIONAL PARA O DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

VIOLAÇÃO DOS DIREITOS EDUCATIVOS DA COMUNIDADE DO COMPLEXO DO ALEMÃO (Rio de Janeiro)

Denise Carreira (Relatora)

Suelaine Carneiro (Assessora)

Secretaria Executiva da Plataforma DhESCA Brasil
Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro –
CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil
+55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660
<http://www.dhescbrasil.org.br> – secretariadhesc@yahoo.com.br



RESUMO

A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação realizou, no período de 8 a 11 de outubro de 2007, missão de investigação para apurar denúncias de violação dos direitos educativos de crianças, jovens e adultos que freqüentam as escolas públicas do Complexo do Alemão, conjunto de favelas¹ localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro.

A missão foi motivada por matérias divulgadas pelos meios de comunicação e por denúncias recebidas pela Relatoria, apresentadas por entidades locais, que informaram sobre o confronto entre as forças de segurança e o narcotráfico, entre maio e julho de 2007, e seus impactos no atendimento educacional. Tais confrontos geraram o fechamento de escolas e creches; a diminuição da jornada escolar nas unidades que mantiveram o funcionamento; e o impedimento do exercício da função de profissionais da educação, o que causou forte impacto emocional e contribuiu para o aumento do risco de vida e a piora das já precárias condições de subsistência da população dessa área.

As visitas às escolas, as audiências com autoridades públicas, as reuniões e entrevistas com comunidades, organizações da sociedade civil e com profissionais de educação revelaram que a violência na qual as escolas estão imersas é permanente, cotidiana e não episódica (restrita à fase da megaoperação policial de maio de 2007), situação esta informada também por algumas autoridades. Esta violência tem picos, decorre de conflitos entre forças policiais e narcotraficantes e entre grupos rivais do narcotráfico, e é sentida de forma diferenciada nas áreas do Complexo do Alemão e áreas similares. Depoimentos apontam que ela se intensificou nos últimos anos em várias áreas, alcançando níveis preocupantes a partir de 2007.

Entendemos como dever do Estado a restauração de sua autoridade no Complexo do Alemão e em outras comunidades do Município do Rio de Janeiro dominadas pelas

¹ Neste relatório optamos pela utilização do termo favela, utilizado por moradores destas áreas, assim como por pesquisadores e ativistas que estudam o tema. A utilização está comprometida com a resignificação do termo, desvinculando-o da imagem preconceituosa que se formou a respeito desse território. Encontramos outras designações para este espaço e seus moradores: *comunidades populares, assentamento precário, comunidade, espaços populares, morador de aglomerado, morador de ocupação, morador de comunidade*. Pesquisando sobre o termo encontramos no dicionário Houaiss a seguinte definição: “conjunto de habitações populares que utilizam materiais improvisados em sua construção tosca, e onde residem pessoas de baixa renda”. No Estatuto das Cidades utiliza-se a denominação *áreas ocupadas por população de baixa renda*; o Ministério das Cidades, em seus relatórios, utiliza o termo favela classificando-o como *assentamentos precários*, mesmo termo utilizado pelo Estatuto da Aliança das Cidades (*Cities Alliance*).

forças do narcotráfico que, como apontado pelo Relator Especial da ONU para Execuções Sumárias, Philip Alston, “dominam comunidades inteiras, submetendo os residentes a uma violência sem sentido e à constante repressão”. Porém, questionamos a forma como vem sendo desenvolvida essa ação, baseada no uso arbitrário e excessivo da força, e temos grandes dúvidas sobre a sua eficácia, ao constatarmos por meio da missão:

- o conhecimento limitado das autoridades públicas referentes à complexidade e às dinâmicas sociais envolvidas na constituição do poder, funcionamento e reprodução das redes do narcotráfico na região. Essa visão é muitas vezes marcada por preconceitos diversos e pela estigmatização das comunidades;
- a inexistência de estratégias articuladas entre níveis de governo (municipal, estadual e federal) e entre áreas de governo (sociais, de segurança e de trabalho) que visem garantir os direitos humanos das comunidades e impactar as causas estruturais do conflito. Desta forma o Estado brasileiro, mais uma vez em sua história, apresenta-se para a população de baixa renda em sua face predominantemente repressiva;
- a inexistência de estratégias de prevenção, de redução de danos ou de qualquer outra iniciativa que vise a proteção das comunidades envolvidas;
- a existência de diversas denúncias de violência cometidas pela polícia e Força de Segurança Nacional contra as comunidades, que abarcam casos de homicídios, tortura e roubos, em fase de apuração pelo Ministérios Públicos Estadual e Federal;
- a visão etapista da intervenção estatal presente no discurso das autoridades públicas: em primeiro lugar o Estado chega com as operações de “limpeza” das redes criminais, seguidas de obras de infra-estrutura do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e, por último, a garantia de serviços sociais adequados.

Em que pesem as esperanças que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) e as obras do Programas de Aceleração do Crescimento das Favelas (PAC), promovidas pelo governo federal, e implementadas em conjunto com os governos estaduais e municipais, possam significar uma inflexão das políticas de segurança pública no Rio de Janeiro e no país, os sinais emitidos por autoridades públicas até o momento são tímidos com relação à possibilidade efetiva de mudança da lógica vigente.

É fundamental ancorar tais programas em uma institucionalidade que permita a articulação e a colaboração efetiva e permanente entre os entes federados, por meio de instâncias e mecanismos de coordenação de políticas, e a participação das comunidades nos processos de decisão para além da figuração e da consulta irregular.

Considerando a situação investigada pela Relatora, avaliamos que o Estado brasileiro (executivo, legislativo e judiciário) viola sistematicamente os direitos humanos da população do Complexo do Alemão e de áreas similares, especificamente o direito humano à educação, ao manter uma baixíssima qualidade no atendimento educacional das crianças, jovens e adultos dessas comunidades - o que também ocorre em outros serviços sociais -, e ao priorizar uma política de segurança pública de cunho militarista, que criminaliza as populações de baixa renda, colocando-as recorrentemente sob risco de vida.

Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo Estado, relativas à política de segurança pública, e a omissão deste mesmo Estado com relação às políticas educacionais e sociais destinadas à comunidade do Complexo do Alemão e áreas similares, ferem os direitos previstos em diversos acordos e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, dentre eles: o artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a Convenção Internacional da Criança (artigos 2º, 3º, 4º, 27, 28 e 38) e a Convenção contra a Discriminação no Campo do Ensino (artigos 1º e 4º), a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica; o artigo 13 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador. Ferem também a Constituição da República Federativa do Brasil em seus artigos 6, 206, 208 e 227.

Recomendações

Levando-se em conta o que vem sendo chamado na literatura internacional de “novos conflitos armados” ou de “violência armada”, a missão junto às escolas públicas do Complexo do Alemão nos permite afirmar a urgência de que a educação, naquela localidade, seja assumida como uma educação em situação de emergência. Em nível internacional, entende-se situação de emergência como sendo aquela resultante de catástrofes naturais ou das chamadas “emergências complexas”. As emergências

complexas são situações de gravidade social geradas pelos seres humanos, estando entre elas, os “conflitos armados”.

Sintonizados com esse entendimento, apresentamos um conjunto de recomendações ao final deste relatório e reivindicamos a aplicação imediata da legislação internacional de direitos humanos. Propomos também a utilização do documento *Requisitos Mínimos para a Educação em Situação de Emergência, Crises Crônicas e Reconstrução*, elaborado pela Rede Interinstitucional de Educação em Situação de Emergência, como uma referência para a construção e implementação de um plano de ação imediato. O documento aborda estratégias voltadas à garantia do direito à educação em áreas marcadas pelo conflito armado.

Informamos que este relatório será entregue às autoridades públicas, às organizações comunitárias do Complexo do Alemão, às entidades da sociedade civil do Estado do Rio de Janeiro e do país; e encaminhado ao relator especial da ONU para o Direito Humano à Educação, Vernor Munhoz; à Comissão Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU para a tomada de medidas cabíveis, conforme previsto nos instrumentos internacionais de direitos humanos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO	p. 12
2 CONTEXTO DA MISSÃO	p. 15
2.1 A Educação no Rio de Janeiro	p.15
2.2 As Favelas Cariocas	p.20
2.3 A Violência e as Políticas de Segurança Pública no Estado	p.23
2.4 O Pronasci e o PAC	p.29
3 CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO	p. 33
4 A MISSÃO DA RELATORIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO	p. 39
4.1 Visita às escolas	p.39
4.2 Audiência com autoridades públicas	p.48
4.3 Reunião com o Grupo da Sociedade Civil	p.58
4.4 Audiência Pública	p.64
4.5 Documentos e Dossiês	p.67
5 EDUCAÇÃO E NOVOS CONFLITOS ARMADOS	p. 69
5.1 Novos conflitos armados	p.69
5.2 Violência Armada e Desenvolvimento	p.73
5.3 Complexo do Alemão: território de violência armada	p.74
5.4 A utilização dos Requisitos Mínimos para a Educação em Situação de Emergência	p.74
6 PARECER E RECOMENDAÇÕES DA RELATORIA	p. 79
6.1 A garantia do direito à educação	p.80
6.2 Responsabilidade do Estado	p.81
7 BIBLIOGRAFIA E ANEXOS	p.87

INTRODUÇÃO

A Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação é vinculada à Plataforma Dhesca (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), uma articulação de quarenta e três organizações e redes nacionais de direitos humanos. Além da educação, a plataforma conta com mais cinco Relatorias Nacionais (saúde, alimentação e terra rural, meio ambiente, moradia adequada e trabalho). Para o desenvolvimento das investigações e acompanhamento de casos paradigmáticos de violação dos direitos humanos no Brasil, as Relatorias contam com o apoio da Procuradoria Federal do Cidadão e do Programa de Voluntários das Organizações das Nações Unidas.

Inspirada nos relatores especiais da ONU, a experiência brasileira de Relatores Nacionais é inédita no mundo. A função de relator não é remunerada, e é exercida por pessoas com grande reconhecimento no campo em que atuam, responsáveis por liderar investigações independentes sobre casos de violação. Os relatores e relatoras são eleitos após consulta pública para indicações de nomes por organizações e redes da sociedade civil, e têm o aval de uma comissão constituída por representantes das Nações Unidas, da Procuradoria Federal do Cidadão, e de entidades e articulações ligadas ao campo dos direitos humanos. Cada relator ou relatora nacional tem o apoio de um assessor, vinculado ao quadro do Programa de Voluntários das Nações Unidas.

Eleita em junho de 2007, Denise Carreira é a atual Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação.² Denise é coordenadora do programa de pesquisa e monitoramento de políticas educacionais da organização Ação Educativa e ex-coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A assessoria da Relatoria é exercida por Suelaine Carneiro, educadora e integrante da organização não-governamental Geledés Instituto da Mulher Negra.

A missão no Complexo do Alemão

A missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano de Educação, realizada entre 8 e 11 de outubro de 2007, buscou apurar o ocorrido antes, durante e após a suspensão das aulas decorrente da megaoperação policial realizada em maio de 2007.

² O projeto Relatores existe desde 2003. Os relatores e assessores de educação dos mandatos anteriores foram: Sérgio Haddad e Mariângela Graciano (2003-2005), e Edla Soares e Edmar Calvancanti (2006-2007). Para mais informações acesse o site: <<http://www.dhescbrasil.org.br>>.

Uma das questões que mobilizaram este trabalho foi o de investigar se a situação de confronto armado, como intensificador das históricas violações do direito humano à educação, enfrentadas cotidianamente pela população, restringiu-se ao período da ação policial ou se é algo permanente na vida da população do Complexo do Alemão.

Para isso visitamos escolas e ouvimos integrantes das comunidades, profissionais de educação, sindicalistas, organizações comunitárias do Complexo do Alemão e outras organizações da sociedade civil carioca. Contamos também com a colaboração de membros do Ministério Público; do Poder Legislativo; do Poder Executivo Municipal e Estadual, em especial, a secretária municipal de Educação, Sonia Mograbi; o secretário estadual de Educação, na época, Nelson Maculan; e o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. A missão foi concluída no dia 11 de outubro, por meio de uma audiência pública promovida pelas Comissões de Educação e de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, realizada na quadra da escola de samba Imperatriz Leopoldinense. A audiência teve a representação de vários órgãos públicos e a participação de oitenta pessoas da comunidade do Complexo do Alemão e de outras comunidades.

AGRADECIMENTOS

A realização da missão no Rio de Janeiro contou com a colaboração fundamental de pessoas, organizações, redes e instituições comprometidas com a efetivação dos direitos humanos no Brasil.

Em primeiro lugar, agradecemos ao grupo articulador da missão, conjunto das entidades e instituições que se mobilizaram para apoiar a organização da missão no Rio de Janeiro. O grupo foi composto pelo Comitê de Desenvolvimento da Serra da Misericórdia, Observatório de Favelas, Centro de Direitos Humanos Bento Rubião, Criola, Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Justiça Global, Ibase, Pastoral das Favelas, Afroreggae, Instituto dos Advogados do Brasil, e pelo escritório do Unicef no Rio de Janeiro. À organização comunitária Raízes em Movimento, um agradecimento especial, por ter exercido papel fundamental para a viabilização da missão;

À secretária municipal de Educação, Sonia Mograbi; ao ex-secretário de Educação, Nelson Maculan; ao secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, e ao secretário-executivo do Pronasci, Ronaldo Teixeira; reconhecemos a disponibilidade em receber a equipe da Relatoria. É fundamental lembrar o apoio dado à missão pelo Ministério Público Estadual, nas figuras do Subprocurador Geral de Justiça de Direitos Humanos e Fiscalização, Leonardo de Souza Chaves, e das promotoras Leila Machado Costa, Adriana Campos Bastos e Patrícia Silveira Tavares;

Ao Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe), pelo apoio na articulação do encontro com profissionais de educação, e à colaboração dos assessores e assessoras parlamentares da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e da Comissão de Educação e da Comissão de Defesa de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa;

À coordenação da Plataforma Dhesca, ao Programa de Voluntários das Nações Unidas, à Campanha Nacional pelo Direito à Educação (articulação da sociedade civil que apóia as ações da Relatoria) e a Agência de Notícias do Direito à Infância (Andi), pela disposição permanente em contribuir para o nosso trabalho;

À organização não-governamental Ação Educativa, nosso agradecimento especial, por garantir as condições de infra-estrutura e a liberação da Relatora para o desenvolvimento de suas atribuições. Agradecemos também seus apoiadores;

Ao Centro de Promoção da Saúde (Cedaps), pela disponibilização de informações sobre o Complexo do Alemão , e ao Grupo de Educação e Desenvolvimento do Instituto Politécnico de Viana de Castelo (GEED), em Portugal, pela versão em português do documento internacional *Requisitos Mínimos para a Educação em Situação de Emergência, Crises Crônicas e Reconstrução* . ;

Ao professor Christopher Talbot, do Programa de Educação em Situações de Emergência e Reconstrução da Unesco-Paris, pelas valiosas informações fornecidas;

Ao Relator Especial da ONU sobre o Direito à Educação, Vernor Muñoz, pela interlocução crítica e pelo encaminhamento de carta ao governo brasileiro manifestando preocupação e solicitando informações sobre a situação dos direitos educativos da comunidade do Complexo do Alemão.

Ao apoio decisivo da pesquisadora francesa Sabine Saraiva, da Universidade de Picardie Jules Verne, e da educadora Kátia Dudyk, do Fórum Mundial de Educação, que atuaram como voluntárias na missão;

Por último, somos imensamente gratas pela confiança *das* e *dos* profissionais de educação das três escolas visitadas, das lideranças comunitárias, e dos moradores que deram depoimentos à Relatora. Este documento é dedicado a *elas* e a *eles*, e ao que significam de esperança, resistência e dignidade para a comunidade do Complexo do Alemão e de áreas similares.

ESTRUTURA DO RELATÓRIO

A primeira parte desse relatório, ***A educação como direito humano***, conceitua o direito humano à educação e apresenta de forma sucinta sua base jurídica no direito internacional e na legislação brasileira. Esse procedimento tem como função explicitar as referências a partir das quais a missão da Relatoria foi construída.

Considerando a delicada e a complexa relação entre as violações dos direitos educativos, as condições de vida nas favelas cariocas, a violência e a política de segurança pública em curso no Rio de Janeiro, trazemos na segunda parte – ***Contexto da Missão*** - informações que possibilitam uma maior compreensão da situação na qual se insere o Complexo do Alemão.

A terceira parte ***Caracterização do Complexo do Alemão*** apresenta um conjunto de dados sobre a situação sócio-econômica e educacional da área. Já a quarta parte, ***A Missão da Relatoria no Complexo do Alemão***, descreve a missão realizada pela Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação em outubro de 2007 e sistematiza as principais informações originárias dos diversos depoimentos, documentos e observações aos quais a equipe da Relatoria teve acesso.

A quinta parte, ***A Educação e os Novos Conflitos Armados***, apresenta o conceito de “novos conflitos armados” e de “violência armada”, abordados na literatura internacional. Os conceitos são reivindicados neste documento na perspectiva de mobilizar o uso de determinados instrumentos e estratégias internacionais que ampliem a proteção e a promoção dos direitos humanos da comunidade do Complexo do Alemão e de outras áreas similares e, especificamente, a garantia do direito à educação pública de qualidade para todas as pessoas.

Por último, apresentamos um conjunto de recomendações ao Poder Público e aos organismos internacionais de direitos humanos que apontam para a urgente necessidade de um plano de ação que contribua para a construção de um novo padrão de relacionamento entre Poder Público e comunidades das favelas do Rio de Janeiro.

1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

Os Estados Parte por meio do presente Pacto reconhecem o direito de toda a pessoa à educação. (...) A educação deve orientar-se para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e deve fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. (...) A educação deve capacitar todas as pessoas para participar efetivamente em uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade. (*Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*, artigo 13)

A educação é um direito humano intrínseco e um meio indispensável de realizar outros direitos humanos. Como direito do âmbito da autonomia da pessoa, a educação é o principal meio que permite aos adultos, jovens, adolescentes e crianças marginalizados econômica e socialmente sair da pobreza e participar plenamente em suas comunidades. (Observação Geral nº 13, *Comissão dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais*).

O direito humano à educação é reconhecido por meio de diversos documentos internacionais. A Declaração Universal dos Direitos Humanos o reconhece em seu artigo 26 e estabelece que o objetivo da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa humana e o fortalecimento do respeito aos direitos humanos. Entende-se que os direitos humanos são universais (para todos e todas), interdependentes (todos os direitos humanos estão relacionados entre si e nenhum tem mais importância que outro), indivisíveis (não podem ser fracionados) e exigíveis frente ao Estado em termos jurídicos e políticos.

O artigo 26 da Declaração ganhou status jurídico internacional e de caráter obrigatório para Estados Nacionais por meio dos artigos 13 e 14 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), interpretados pelas Observações Gerais 11 e 13 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Desc). O comitê foi criado em 1985 no âmbito das Nações Unidas para supervisionar o cumprimento dos direitos humanos econômicos, sociais e culturais.

Dessa forma os Estados signatários do pacto, entre eles o Brasil, assumem obrigações de respeitar, proteger, satisfazer os padrões de direitos humanos entendidos como parâmetros que descrevem certa qualidade de vida. Aos Estados cabem:

- **Respeitar:** essa obrigação refere-se a que os Estados não devem criar obstáculos ou impedir o gozo dos direitos humanos. Isto implica obrigações negativas, pois trata daquilo que os Estados não deveriam fazer (por exemplo, impedir que as pessoas se eduquem);
- **Proteger:** essa é uma obrigação de caráter positivo, pois exige que os Estados atuem, e não se abstenham de fazê-lo. Esta obrigação também exige medidas por parte dos Estados para impedir que terceiros criem obstáculos para o exercício dos direitos;
- **Realizar:** é uma outra obrigação positiva para os Estados em relação ao cumprimento dos padrões de direitos humano. Refere-se às determinações que devem ser tomadas para a realização e o exercício pleno dos direitos humanos. Estas medidas podem ser de caráter legislativo, administrativo, orçamentário, judicial, social, educativo, entre outros.

O direito humano à educação é classificado de distintas maneiras como direito econômico, social e cultural. Também é tomado no âmbito civil e político, já que se situa no centro das realizações plenas e eficazes dos demais direitos. Nesse sentido, o direito à educação também é chamado de “direito de síntese” ao possibilitar e potencializar a garantia dos outros, tanto no que se refere à exigência, como no desfrute dos demais direitos (Graciano, 2005).

A garantia do direito à educação prevê a aplicação de quatro características interrelacionadas e fundamentais, segundo a Observação 13, da Comissão Desc:

- **Disponibilidade:** as instituições e programas devem garantir a educação obrigatória em quantidade suficiente para atender, de forma gratuita, a todas as pessoas. As instituições e programas educativos necessitam de edifícios,

instalações sanitárias para ambos os sexos, água potável, docentes qualificados com salários competitivos, materiais educativos, entre outros;

- **Acessibilidade:** as instituições e programas educativos devem ser acessíveis a todos, sem discriminação, especialmente aos grupos mais vulneráveis;
- **Aceitabilidade:** os programas educacionais e métodos pedagógicos devem ser pertinentes e adequados culturalmente,
- **Adaptabilidade:** a educação deve ser flexível para adaptar-se às necessidades das sociedades e comunidades em transformação e responder ao que é imprescindível aos estudantes em contextos culturais e sociais variados.

A garantia do direito à educação está prevista também em outros documentos internacionais: Declaração Mundial sobre Educação para Todos (artigo 1º); Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (parágrafo 1º, art. 29); Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (artigos 10 e 14); Convenção contra a Discriminação no Ensino (artigos 3º, 4º e 5º); Declaração e Plano de Ação de Viena (parte nº-1, parágrafo 33 e 80); Agenda 21 (capítulo 36); Declaração de Copenhague (compromisso nº 6); Plataforma de Ação de Beijing (parágrafos 69, 80, 81 e 82); Agenda de Habitat (parágrafos 2.36 e 3.43); Afirmação de Aman e Plano de Ação para o Decênio das Nações Unidas para a Educação na Esfera dos Direitos Humanos (parágrafo 2º) e a Declaração e o Programa de Ação de Durban – contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (dos artigos 117 a 143).

É com base nesses documentos internacionais e, em especial, no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, na Convenção Internacional da Criança, e na Convenção relativa á Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino que será analisada a realidade vivida pela população do Complexo do Alemão.

2 CONTEXTO DA MISSÃO

Para que pudéssemos abordar de forma mais adequada a realidade do direito à educação na região do Complexo do Alemão e a sua inevitável relação com as políticas de segurança pública, levantamos informações que permitissem uma maior contextualização da problemática vivida por aquela comunidade referente:

- à situação educacional da região metropolitana do Município do Rio de Janeiro;
- à realidade das favelas cariocas;
- às políticas de segurança pública;
- ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Favelas.

As informações contribuíram para uma melhor compreensão sobre os diversos aspectos, implicações e variáveis reveladas nos depoimentos colhidos durante a missão no Rio de Janeiro e que serão objeto de análise na quarta parte deste documento.

2.1 A Educação no Rio de Janeiro

Apesar de apresentar a menor taxa de analfabetismo no Brasil, a educação na região metropolitana do Rio de Janeiro enfrentou nos últimos dez anos a piora em diversos indicadores educacionais. Segundo o relatório do movimento *Rio Como Vamos*, articulação de sociedade civil que visa monitorar a situação da qualidade de vida na região (www.riocomovamos.org.br), a análise dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) entre 1996 e 2006 apresenta um quadro preocupante.

A região metropolitana (RM) do Rio de Janeiro possui a menor taxa de matrícula no ensino fundamental entre as dez regiões metropolitanas³ destacadas pelo IBGE na PNAD. O relatório aponta que o percentual de crianças na escola no ano de 1996 era menor que 90%. Passados dez anos, esse percentual aumentou pouco mais de 4%, atingindo o valor de 93,2%; ficando em situação inferior a de São Paulo há dez anos.

Com relação ao atraso escolar superior a dois anos, a região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) sempre esteve acima da média nacional. Apesar da queda no percentual de crianças com atraso escolar, ainda assim, há dez anos que a região não

³ As dez regiões metropolitanas são: Belém, Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo, Distrito Federal, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza.

conseguia atingir o percentual de atraso escolar da região metropolitana de São Paulo. O percentual do Rio de Janeiro ficou muito próximo às regiões metropolitanas do Norte e Nordeste, não acompanhando a queda obtida nas regiões Sul e Sudeste.

O estudo alerta, entretanto, para que o indicador de atraso escolar não seja assumido de forma isolada na análise da situação da qualidade educacional, já que algumas redes de ensino, ao optarem pelo sistema de progressão continuada, acabam caindo na aprovação automática, sem as condições efetivas que garantam a melhoria da qualidade.

Em 2007, o governo federal lançou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que combina informações sobre desempenho e fluxo escolar. O novo índice considera as notas nas provas de português e matemática para os alunos das 4^a e 8^a séries e o tempo médio de conclusão de cada série, variando de 0 a 10. A média brasileira ficou em 3,8 para os anos iniciais e de 3,5 para os anos finais do ensino fundamental, demonstrando a baixíssima qualidade da educação. Cerca de 95% das cidades brasileiras tiveram Ideb para os primeiros anos de ensino fundamental inferior a 5 e 99,5% dos municípios ficaram abaixo de 5 para as séries finais.

O Ideb do Rio de Janeiro, para a 4^a série do ensino fundamental (rede municipal), ficou abaixo somente de Curitiba e Belo Horizonte, ficando à frente de São Paulo e de outras regiões metropolitanas. Para a 8^a série (rede municipal), abaixo de São Paulo e de Curitiba. A situação da rede estadual é mais grave, o Ideb para a 8^a série ficou a frente somente de Recife.

2.1.1 Ensino médio e ensino superior

Em todo o país, apesar do crescimento de acesso ao ensino médio, esse continua ainda restrito. São Paulo lidera o acesso com um percentual próximo de 70% para a faixa etária de 15 a 17 anos. Essa faixa etária é caracterizada por altas taxas de abandono, por grande distorção da relação idade-série, devido a pessoas com atraso escolar que permanecem no ensino fundamental.

Segundo a análise feita pelo movimento *Rio Como Vamos*, em 1996, a taxa de líquida de matrícula⁴ no ensino médio para pessoas entre 15 e 17 anos de idade era de menos de 30% na RMRJ, pouco abaixo da média do Brasil metropolitano. Apesar de o

⁴ Taxa líquida de matrícula: número de crianças matriculadas em cada nível de ensino que pertencem ao grupo etário que oficialmente corresponde ao nível de ensino em questão, dividido pela população total do mesmo grupo etário.

percentual ter subido ao longo dos últimos dez anos, o ritmo de crescimento foi menor que a média de todas as outras regiões. Em 2006, com um aumento de aproximadamente 74,6%, o percentual de estudantes matriculados no ensino médio passou a ser de 51,8%.

Com relação ao ensino superior, seguindo a tendência nacional, a região metropolitana do Rio de Janeiro também apresenta crescimento no acesso, porém em ritmo inferior a outras regiões metropolitanas do país como o Distrito Federal, Belo Horizonte, Recife e Fortaleza. Segundo a PNAD de 2006, o Rio de Janeiro ultrapassa Porto Alegre e São Paulo em matrículas no ensino superior.

2.1.2 Desigualdades educacionais no Município

O movimento *Rio Como Vamos* também divulgou uma pesquisa sobre a situação da educação nas 33 regiões administrativas do Município do Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), com base em dados do índice de Desenvolvimento da Educação Básica produzidos pelo INEP/MEC em 2007. É importante destacar que somente o Complexo do Alemão – em relação a toda a cidade – não foi analisado em decorrência da falta de dados sobre a região. O que demonstra a precariedade das informações existentes sobre uma área habitada por mais de 100 mil pessoas.

De acordo com a pesquisa do Ideb, nos anos iniciais (até a 4ª série), as crianças que freqüentam as escolas de Copacabana tiveram o melhor desempenho (5,12), seguidas pelas de Paquetá (4,98), Irajá (4,58), Barra da Tijuca (4,54) e Centro (4,51). Nos anos finais (até a 8ª série), as áreas com melhores desempenhos foram Paquetá (4,89), Botafogo (4,23), Centro (4,02), Vila Isabel (3,96) e Lagoa (3,96). Copacabana se destaca no país em relação ao Ideb para as séries iniciais já que 94,5% das cidades brasileiras tiveram nota inferior a 5. Para as séries finais 99,5% das cidades brasileiras alcançaram nota inferior a 5.

Com relação aos bairros com piores desempenhos nos anos iniciais estão: Rocinha (3,40), Vila Isabel (3,61), Jacarezinho (3,65), Complexo da Maré (3,67) e Cidade de Deus (3,76). Entre os alunos de 8ª série, tiveram as notas mais baixas os bairros do Complexo da Maré (3,03), São Cristóvão (3,33), Penha (3,40), Guaratiba (3,43) e Pavuna (3,45). Os pesquisadores apontam que a Rocinha lidera a lista de indicadores educacionais da cidade em pior situação desde 1991, o que revela que a ação do poder

público ao longo de quinze anos não conseguiu gerar mudanças nesse quadro. Estas regiões são as mais pobres da cidade, concentrando o maior número de pessoas negras.

2.1.3 Descontinuidade, a falta de profissionais da educação e a violência

No período de 1975 a 2007, para a condução da política educacional do Estado do Rio de Janeiro, passaram pela Secretaria de Estado de Educação 22 gestores, sendo que nos últimos onze anos foram nomeados dez secretários de educação⁵. Quanto à rede municipal, a atual secretária de educação, Sonia Mograbi, exerce a função há oito anos⁶.

Segundo documentos da comissão de educação e cultura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a cidade sofre com a falta de investimento na construção de novas unidades escolares. O ensino médio cresceu em espaços ociosos das escolas da rede municipal e a falta de expansão da rede pública se refletiu no crescimento da participação da rede privada nas matrículas de ensino médio no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, a prefeitura mantém 245 creches diretas e conveniadas que atendem cerca de 28 mil crianças. Já o atendimento da pré-escola atinge 92 mil crianças. Segundo relatório de inspeção elaborado pelo Tribunal de Contas do Município (TCM), somente 10,2% das crianças até 4 anos do município são atendidas pela prefeitura e entidades conveniadas, número considerado “insuficiente” pelo TCM.

Outro grave problema é a falta de professores. Segundo o Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (Sepe), a rede estadual precisa de, no mínimo, 25 mil novos professores. A Secretaria Estadual de Educação (SEE) informou à equipe da Relatoria que o déficit é estimado em 22 mil professores, e que para “resolver” a situação já autorizou 16.970 professores a realizarem horas extras. Afirmou também ter efetivado 6.300 professores no início de 2007, mas reconheceu que o último concurso público para profissionais da primeira à quarta série foi realizado em 2002. Para contornar a falta de

⁵ Conforme o relatório final 2004-2006 Políticas Públicas da Juventude da COMISSÃO DA JUVENTUDE ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2007).

⁶ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, estabelece as responsabilidades dos chamados entes federados – União, Estados e Municípios – com relação à educação brasileira. Cabe à União a responsabilidade pelo ensino superior. O ensino fundamental é de responsabilidade de Estados e Municípios. Cabe também aos Estados, a responsabilidade pelo Ensino Médio e aos governos municipais, o desenvolvimento da educação infantil (creches e pré-escolas). A legislação define que os três entes federados deveriam atuar de forma colaborativa visando a garantia do direito à educação para todas as pessoas. Infelizmente, está não é a realidade na maior parte do país, marcada por disputas que comprometem o atendimento educacional, tornando urgente a necessidade da regulamentação em lei do regime de colaboração.

professores nessa faixa etária, o Estado fez contratações temporárias e também remanejamentos, utilizando professores de aulas práticas (por exemplo, de informática) para as aulas teóricas, medida que foi duramente criticada pelas entidades sindicais.

De acordo com a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Aerj), mais de 30 mil alunos da rede estadual não haviam começado o ano letivo em junho de 2007 por falta de professores e outros milhares não tinham aulas das disciplinas de matemática, física e química, consideradas as mais críticas.

Relatório divulgado no início do ano pela Comissão de Políticas Públicas da Juventude da Alerj estima que, em uma década, os alunos da rede estadual perderam cerca de 350 dias de aula – o equivalente a 1,5 do ano letivo, em decorrência da falta de corpo docente em suas unidades.

Um dos motivos do pouco interesse pela carreira docente, identificado pela Secretaria Estadual e por sindicatos, é o salário oferecido pela rede estadual. O piso salarial no final de 2007 era de R\$ 431,00 para uma jornada de 22,5 horas semanais dos professores do Estado com reajuste autorizado de R\$ 107,75. Já o piso salarial na rede municipal era de R\$ 785,00 para a mesma carga horária.

Documento do Sepe intitulado “Valorização Profissional dos/das Trabalhadores/as em Educação” (2005) aponta que os profissionais da educação sofrem com o “adocimento da categoria”. Segundo a pesquisa citada no documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, cerca de 48,4% dos que atuam no ensino fundamental e médio do país apresentam sintomas da Síndrome de Burnout – síndrome da desistência profissional. Os profissionais acometidos pela doença manifestam exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal. A doença é reflexo da sobrecarga de trabalho; dos baixos salários (maioria dos profissionais trabalham em mais de uma escola); do regime de dupla regência (pública e privada); e acomete mais às mulheres, que são a maioria na categoria e que desempenham tripla jornada devido ao trabalho doméstico.⁷ No documento, o Sepe reivindica melhorias imediatas das condições de trabalho, contratação de novos profissionais e o aprofundamento de indicadores de valorização profissional.

Entre 2003 e 2007, 73 escolas estaduais de ensino médio fecharam as portas e outras 300 de ensino fundamental passaram a serem administradas pelos municípios. A rede estadual não ganha novas salas de aula há dez anos. Por falta de pagamento do aluguel, uma escola no bairro de Campo Grande foi despejada, e em outras escolas os

⁷ Conforme dossiê do Sepe (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação).

alunos se revezam nas salas: uns têm aulas nas segundas, outros nas quartas e outros sextas-feiras.

O Ministério Público Estadual (MPE) e o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (Sepe) encaminharam para esta Relatoria um dossiê entregue ao Ministério Público ao final de 2006 sobre “violência nas escolas públicas do Rio de Janeiro”. O documento denuncia um número crescente de casos de violência nas escolas públicas estaduais e municipais, critica as precárias condições de trabalho dos docentes (número excessivo de alunos, falta de infra-estrutura e de profissionais, baixos salários, etc) e cobra medidas urgentes do poder público para o enfrentamento do problema. Desde 2004, o Sepe já havia denunciado duas vezes a grave situação de violência nas escolas para o Ministério Público que envolve desde assaltos a estudantes e profissionais da educação, estupros e conflitos com o narcotráfico.

Levantamento realizado pelo jornal *Extra* e divulgado em novembro de 2004, a partir de dados da Secretaria Municipal de Educação e da Guarda Municipal, revelou que no período entre fevereiro e setembro de 2004, 58.009 alunos que estudam em 148 escolas municipais foram impedidos de assistir às aulas por causa da violência. Durante 74 dos 151 dias letivos destes oito meses, pelo menos um estabelecimento de ensino foi obrigado a fechar as portas. Os mais atingidos foram as crianças de escolas localizadas em comunidades de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. Há uma série de casos de crianças, adolescentes, jovens e adultos que ficaram sem atendimento escolar em creches e escolas por mais de uma semana em decorrência de conflitos entre grupos de narcotraficantes.

2.2 As favelas cariocas

Reconhecida como herdeira dos antigos cortiços - que no século XIX eram considerados o lugar da pobreza e das epidemias, sofrendo intenso processo de contenção de sua expansão através de proibições legislativas e da destruição de suas unidades - a favela e particularmente a carioca, surge no início de século XX como “uma

nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas”.⁸

As favelas nascem e crescem em um contexto marcado pelas deficiências do planejamento e gestão urbanística e pela ausência de uma política pública de moradia voltada à população de baixa-renda, a maioria composta por negros e negras. Estudos citados a seguir apontam que a política econômica que vem sendo adotada pelos governos nos últimos anos tem provocado aumento percentual da população favelada, o que contrasta com certo aumento de renda e de poder de consumo dessa mesma faixa socioeconômica.

Segundo estudo de Suzana Pasternak, especialista em planejamento urbano regional, hoje há cerca de 2 milhões de domicílios em áreas ilegalmente ocupadas pela população de baixa renda. A parcela desse tipo de moradia vem aumentando no total nacional de domicílios: correspondia a 1,62% em 1980, passou a 2,76% em 1991 e chegou a 3,69% em 2005. Neste mesmo ano, a taxa de crescimento das favelas foi de 3,46%, mais que o dobro da média anual de crescimento da população brasileira no período entre 2000 e 2006, que foi de 1,62%. Segundo a pesquisadora “hoje o fenômeno migratório dominante é o deslocamento de população entre centros urbanos”.⁹

Os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE) apontaram que vivia nas favelas do Rio de Janeiro um total de 1,09 milhão de pessoas - 18,7% da população carioca. Os números demonstram que a população favelada no Rio vem crescendo desde os anos de 1950, sendo que naquela época, viviam em favelas 7% dos moradores da cidade. A proporção cresceu para 10,2% na década seguinte; aumentou para 13,3% nos anos 70; caiu para 12,3% nos anos 80; e voltou a subir, para 16%, nos anos 90. Os dados são contestados por alguns estudos que apontam uma população de cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Há divergências entre o número de favelas nos dados do IBGE e os da Prefeitura do Rio de Janeiro. O IBGE considera como favela um agrupamento com mais de 51 unidades domiciliares e afirma que na cidade existem 516 núcleos nesta condição; já a

⁸ VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, v.15, n. 44, p.5-34, out.2000.

⁹ “Operação Favela” por Flávio Lobo, Revista Página 22, nov.2007. Pág. 42-49.

prefeitura do Rio não estabelece número mínimo de moradias e considera que a cidade tem 752 favelas.¹⁰

Estudo de Luiz César de Queiroz Ribeiro e Luciana Corrêa do Lago¹¹ sobre as favelas cariocas também identifica a retomada do crescimento da população favelada a partir dos anos de 1980, fazendo com que na década de 1990 a taxa de crescimento anual alcançasse 1,6%. Para os autores:

(...) o surgimento e a expansão de novas favelas (localizadas predominantemente na zona oeste) têm ocorrido por meio da mobilidade espacial no interior do próprio município, seja do bairro para a favela, seja de favelas consolidadas para favelas recentes. (RIBEIRO; LAGO, 2001, pág. 148)

Nesse estudo, os autores traçam ainda um perfil social da população residente em favelas do Rio de Janeiro, em comparação com os moradores do seu entorno (isto é, morador de favela com o chamado morador de bairro periférico):

- **Idade:** enquanto na favela cerca de 51% dos moradores têm até 24 anos, os moradores de bairro nesta faixa etária representam 45%;
- **Cor:** predominância de uma população não-branca na categoria favela (62%), contra 35,7% nos bairros. Mas os autores fazem uma ressalva:

Esses percentuais sofrem significativa variação segundo as diferentes áreas (da cidade). Enquanto no centro/zona sul e Barra/Jacarepaguá mais de 80% dos moradores são brancos, na zona norte esse percentual é de apenas 48%. Entre os residentes nas favelas, a variação segundo a localização geográfica é menor: as favelas do centro/zona sul são as que apresentam a menor proporção de não-brancos (cerca de 55%); nas demais esse percentual varia de 62% a 65%. (Idem, pág. 150)

- **Escolaridade:** comparando a população acima de 23 anos; por anos de estudo; a análise revela que somente 26% das pessoas que moram em favelas apresentam escolaridade superior a sete anos de estudo, enquanto 63,2% nos bairros têm escolaridade similar;
- **Ocupação:** a população não-favelada apresenta maior participação na categoria “classe média”, 34,5% (empregados em ocupações de rotina, supervisão,

¹⁰ “Favelados do Rio estão sendo transferidos para periferia”. Folha On Line, 30 nov de 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u350050.shtml>>.

¹¹ RIBEIRO, L. C. Q., LAGO, L. A. Oposição Favela-Bairro no Espaço Social do Rio de Janeiro. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 144-154, 2001.

segurança, ensino básico e técnicos). A população favelada tem maior participação na categoria “proletário do terciário”, 33,5% (prestadores de serviço e comerciários).

Identificadas no imaginário social como lugar de pobreza, miséria e criminalidade, as favelas brasileiras, e em particular as do Estado do Rio de Janeiro, tornaram-se locais de cidadania de “segunda classe”, desprovidas de atenção de políticas públicas voltadas ao bem-estar dos cidadãos e cidadãs. Abandonadas pelo Estado à sua própria sorte, seus moradores e moradoras – grande parte negros - sofrem um cotidiano de violações, por um lado praticadas pelos narcotraficantes, pelas incursões policiais, e por parte das milícias que se apossaram desses locais; e por outro da precariedade física do local, pois muitas comunidades não contam com saneamento básico ou têm a possibilidade de acessar serviços de saúde e educação, entre outros.

Apesar desse universo de violações marcar a imagem cristalizada de favela, a realidade revela que ela pode ser isso, mas também o seu contrário. Isto é, um espaço com construções diversas (casas ou apartamentos), em terrenos elevados ou planos; com equipamentos materiais diversos; presença do poder público (escolas, posto de saúde, serviços urbanos como água, luz, esgoto, pavimentação, coleta de lixo, etc), além de ações de diversas organizações comunitárias, de produção cultural e de preservação do meio ambiente.

A vida em uma favela está marcada por ações individuais e coletivas que reivindicam garantias e direitos, produzem arte, cultura e informação, demonstrando que para além de um cotidiano de violência, a comunidade consegue reinventar a vida e fortalecer a noção de cidadania.

2.3 A violência e as políticas de segurança pública no Estado

Há anos a violência é a principal preocupação da população do Rio de Janeiro, revelada por diversas pesquisas de opinião. Abaixo apontamos alguns números que apontam a magnitude do problema:

- **Homicídios:** segundo o relatório do movimento *Rio Como Vamos*, em 2005, o Rio de Janeiro era a nona capital com maior taxa de homicídios doloso, abaixo de Belo Horizonte, Curitiba e Recife. Porto Alegre, São Paulo e Brasília apresentam taxas menores que a do Rio. Quando comparado a outras regiões do Estado do Rio de

Janeiro, ao longo de dez anos, a taxa de homicídio da capital sempre esteve abaixo da taxa da baixada fluminense e acima do interior do estado. Com relação ao número de assassinatos por 100 mil habitantes, em 1996, o Rio apresentava 55 assassinatos e 40,2 em 2006,

- **Mortalidade entre jovens de 15 a 24 anos:** a taxa diminuiu ao longo dos últimos dez anos, com pequeno crescimento apenas no ano de 2002. Essa variou de 269,3 mortos a cada 100 mil habitantes jovens em 2002 para 201,3 em 2006. Quando comparado a outras metrópoles, o Rio de Janeiro fica atrás somente de Recife. No Rio, a cada 100 mortes de jovens, 76 ocorreram por algum fator externo, desses, 64% foram provocados por uso de armas de fogo, enquanto 10% foram ocasionados por acidentes de trânsito. A maioria dos jovens mortos em situação de violência é negra (pardos e pretos, segundo critério do IBGE);
- **Crianças e adolescentes no narcotráfico:** pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2002, intitulada *Piores Formas de Trabalho Infantil no Brasil: crianças no tráfico de drogas, um diagnóstico ligeiro*, revelou que a idade média das crianças recrutadas pelos traficantes de drogas nas favelas do Rio de Janeiro baixou de 15 a 17 anos em 2000 para a faixa de 12 a 13 anos nos últimos anos. Segundo a OIT, 67,5% das crianças e adolescentes envolvidos com o tráfico entraram nas quadrilhas com menos de 13 anos, sendo que algumas começaram com 8 ou 9 anos de idade. Os jovens ganham muito mais dinheiro com o tráfico do que em qualquer outra atividade¹²: um olheiro recebe entre R\$ 600,00 e R\$ 1.000,00 para trabalhar de 40 a 72 horas semanais; um vapor (responsável pela venda da droga), com jornada semelhante, recebe de R\$ 1.900,00 a R\$ 3.000,00. Quase todas as crianças envolvidas com o tráfico usam drogas, sendo a maconha a mais consumida (cerca de 90% faz uso), seguida do álcool (23%), e por último a cocaína (15%). Dentre as razões apontadas para a entrada dessas no tráfico estão: os rendimentos, que são muito acima do que receberiam em trabalhos lícitos, a identificação das crianças com os traficantes, a

¹² A Organização Internacional de Trabalho (OIT) através da convenção 138 (sobre a idade mínima de admissão ao emprego) estipula 15 anos como idade mínima à admissão ao emprego ou a trabalho (e 14 anos para os países cuja economia e condições de ensino não estiverem suficientemente desenvolvidas).

“adrenalina” provocada pelo confronto com a polícia ou com os grupos rivais, e a admiração das meninas da comunidade.

Apesar da entrada cada vez mais precoce dos jovens no tráfico, o relatório de Políticas Públicas da Juventude (2004-2006), elaborado pela *Comissão Especial da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro*, apontou queda nos últimos anos no número de prisões de jovens decorrentes do envolvimento com o tráfico. Segundo o estudo, entre 1980 e 2000, houve aumento de cerca de 1.400% das prisões de adolescentes e jovens por delitos ligados à droga. Já em 2000 eles respondiam por 30% de todas as infrações; em 2004, a participação caiu para 25%; e “a partir do segundo semestre de 2006, registrou-se uma queda de registro de tráfico de drogas e o aumento dos casos de roubos e furtos praticados por jovens com menos de 18 anos”.

- **Violência policial:** os chamados “autos de resistência” nas estatísticas policiais mostram o número de civis mortos em confronto com a polícia. Entidades de direitos humanos questionam o uso do termo “auto de resistências”, já que muitas mortes cometidas por policiais caracterizam-se como homicídios dolosos configurando-se como execuções sumárias, e não em decorrência de uma ação de resistência aos criminosos. Este número vem crescendo de forma preocupante na cidade do Rio de Janeiro, desde 1998, ano em que foram contabilizados 303 casos. Em 2003, alcançou o seu maior valor com 798 civis mortos pela polícia. Nos anos seguintes este índice ficou um pouco menor, atingindo 673 casos em 2006 e voltando a crescer em 2007.

Segundo relatório apresentado no final de 2007 por organizações não-governamentais do Rio de Janeiro ao relator especial da ONU sobre Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extrajudiciais, Philip Alston; 694 civis foram mortos pela polícia somente no período de janeiro a junho de 2007 no Estado, representando um aumento de 33,5% (174 mortes a mais) em relação aos autos de resistência registrados no mesmo período de 2006. O relatório usa dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro e aponta que a polícia do Rio de Janeiro é a que mais mata no mundo, “aprimorando um projeto militarizado de segurança pública”.

Para as entidades autoras do relatório, esse modelo ganhou espaço nos anos de 1990 e se baliza:

(...) na demonização das áreas pobres da cidade e na glorificação do combate armado contra o atual “inimigo público” do Estado – o tráfico de drogas. Desta forma, calcula-se que os “despojos de guerra” – as armas, a morte do inimigo, o território – encontram-se muito acima, como supostos resultados, da proteção da vida. (...) Neste contexto, o discurso que pretende colocar as “favelas infestadas de criminosos” como o problema central do Brasil gera um determinado “lucro político”, pois permite criar a figura legitimadora da “vida descartável”. Ao estigmatizar a favela como centro de excelência do crime organizado, obtém-se um clima de guerra, enseja o enfrentamento dos inimigos e legitima as ações que visem “derrotá-lo”. Essa perigosa associação impulsiona à vala comum da marginalidade os moradores das comunidades pobres, tornado-os alvos fáceis e justificáveis no tratamento desumano a que se vêem expostos todos os dias.

Essa visão pode ser ilustrada pela postura do ex-governador Anthony Garotinho que comemorou abertamente na imprensa, em 2003, a morte de 100 pessoas (supostos “bandidos”) em menos de quinze dias; quando ele ocupava o cargo de secretário de Segurança Pública e por declarações de outras autoridades públicas, tais como:

“Nosso bloco está na rua e, se tiver que ter conflito armado, que tenha. Se alguém tiver que morrer por isso, que morra. Nós vamos partir pra dentro”, do Secretário de Segurança Pública Josias Quintal, em 27 de fevereiro de 2003 para o Jornal O Globo.

“(...) os mortos e feridos geram um desconforto, mas não tem outra maneira”, proferida em junho de 2007 por Luiz Fernando Côrrea, então Secretário Nacional de Segurança Pública sobre a política de segurança pública adotada pelo Rio de Janeiro.

“Tiro em Copacabana é uma coisa e no Alemão é outra”, do secretário José Mariano Beltrame, em 24 de outubro de 2007. Esta frase foi repetida pelo secretário durante audiência concedida à Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação em 10 de outubro de 2007.

Segundo o relatório, a atual política de segurança pública tem se caracterizado por:

- **Crescimento do número de mortes de civis** (letalidade policial), em detrimento do crescimento do número de prisões e apreensão de drogas e armas. Não existem registros de nenhuma outra área metropolitana no mundo onde as intervenções policiais causem um número comparável de vítimas. Ao contrário de outros estados nos quais os confrontos entre policiais e criminosos geram mais feridos do que mortes, no Rio de Janeiro pesquisas mostram um número de mortos três vezes superior ao número de feridos. Indicadores médico-legais apontam o uso excessivo da força e a presença de execuções sumárias (tiros na cabeça, disparos pelas costas, disparos à queima roupa, etc). Enquanto o índice de homicídios no País hoje é de aproximadamente 28 mortos por 100 mil habitantes. No Rio de Janeiro é de 51 por 100 mil habitantes, sendo que, na faixa etária dos 15 a 29 anos, ela atinge a marca de 200 homicídios por 100 mil habitantes. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera em estado de guerra civil localidades que registram o número de homicídios a partir de 50 mortes por 100 mil habitantes;
- **Uso incisivo, regular e cotidiano de veículos militares blindados**, apelidadas por policiais de “Caveirão”¹³, para incursões em comunidades populares. Pesando 8 toneladas cada, os dez “Caveirões” são equipados com alto-falantes, duas camadas de blindagem pesada, torre de tiros rotatória e pneus revestidos por uma substância que impede que sejam furados por tiros. Por serem pintados de preto e com vidros fumê, garantem aos policiais que o utilizem em completo anonimato, possibilitando que os agentes no seu interior efetuem disparos e ofendam os moradores sem serem identificados. O governo avaliava em 2007 a compra de novos blindados e de um “Caveirão do Ar”, que seria um helicóptero blindado;
- **Baixo investimento em prevenção e em estratégias de inteligência policial**, segundo reportagem de 10 de abril de 2007 do O Globo, de um gasto de R\$ 3,6 bilhões na segurança pública, só R\$ 703 mil foram para formação de recursos humanos e R\$ 70 mil para informação e inteligência. Segundo o então presidente

¹³ Conforme informa o relatório da sociedade civil para o Relator Especial das Nações Unidas para Execuções Sumárias, Arbitrárias e Extra-judiciais, este veículo militar blindado foi inspirado em modelo utilizado na África do Sul durante o apartheid racial. Na década de 1970 foi utilizado para manter a segregação e o controle punitivo sobre os bairros negros. O veículo foi exportado para vários países e se tornou referência mundial para as estratégias de militarização de áreas urbanas.

do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, José Gomes Graciosa, os gastos em Inteligência Policial chegaram perto de zero em 2005 (Jornal *O Globo*, 10 abril 2007);

- **Megaoperações**, incursões em favelas que contam com um grande número de agentes das forças de segurança estadual e/ou federal, além de uma ampla cobertura dos meios de comunicação. As megaoperações se apresentam com o objetivo oficial de “uma ação pacificadora para erradicar a força armada”. No dia 27 de junho de 2007, no Complexo do Alemão e, na favela da Coréia em 17 de outubro de 2007, essas incursões mobilizaram centenas de agentes da segurança estadual e federal e foram marcadas pela alta letalidade por parte da polícia¹⁴. O pesquisador sobre o tema da violência e professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Ignácio Cano, citado no relatório das entidades de direitos humanos, observa:

(...) não se discute que um dos principais legados que um governo poderia deixar no Rio seria libertar as comunidades carentes do domínio dos narcotraficantes e de qualquer outro grupo armado irregular. O que está em discussão é como e a que custo. Operações como as do Alemão precisam responder a três questionamentos. O primeiro é se elas são realizadas dentro da lei. O segundo é se elas compensam os danos e a insegurança (balas perdidas, crianças sem escola, etc) causadas àquelas comunidades as quais, em tese, se pretende proteger. O terceiro é que tipo de plano existe para garantir que, depois de intervenções policiais desse porte que não podem ser mantidas indefinidamente, o controle do tráfico não será retomado.

As megaoperações ganharam apoio de vários meios de comunicação de massa do Rio de Janeiro e de importantes segmentos da população de outras regiões da cidade. Em um movimento contrário, organizações da sociedade civil da cidade e, especificamente, algumas vinculadas à população do Complexo do Alemão, e de outras favelas cariocas, denunciaram diversos casos de abuso de poder, tortura, violência contra crianças, jovens e adultos da comunidade, além dos assassinatos, apresentando pesquisas e abaixo-assinados contra a política de segurança pública em curso.

¹⁴ Em julho de 2007, um documento assinado por 17 entidades de direitos humanos do Rio de Janeiro foi entregue à OEA (Organização dos Estados Americanos) denunciando a megaoperação policial no Complexo do Alemão.

O documento entregue ao relator especial da ONU também dedica uma parte ao papel das milícias existentes em cerca de 90 comunidades populares do Rio de Janeiro, fenômeno antigo, mas que ganhou fôlego a partir de 2006. As milícias são caracterizadas por: controle territorial e social exercido por grupos irregulares, coação armada sobre a população, participação ativa ou passiva de membros do aparato do Estado, obtenção de lucro ou de algum benefício privado para estes grupos, correlação com eleição de vereadores e deputados.

As principais diferenças com relação às comunidades dominadas pelo tráfico é a ausência, ao menos inicialmente, do tráfico de drogas, e o fato de que nas comunidades dominadas pelas milícias não ocorrerem confrontos armados com a polícia, já que elas são compostas por policiais. Quanto à brutalidade do controle interno, há registros de agressões e execuções, como as impostas pelo narcotráfico. O relatório aponta que as milícias são, muitas vezes, reconhecidas e toleradas por autoridades públicas, de acordo com declarações para a grande mídia.

O documento das organizações dos direitos humanos apresenta ao final um conjunto de 22 recomendações às Organizações das Nações Unidas destinadas a desmilitarizar a política de segurança pública do Rio de Janeiro em favor de estratégias de prevenção, de programas de inteligência policial, diminuição e punição da violência policial e a ampliação efetiva do controle da atividade policial externa.

2.4 O Pronasci e o PAC

Lançado no início de 2007 e considerado a “principal marca do segundo mandato do Presidente Lula”, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é uma iniciativa do governo federal que visa aumentar investimentos em infra-estrutura, nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. O objetivo é - com a participação do investidor privado - expandir os investimentos em infra-estrutura de forma a possibilitar o aumento na oferta de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Chamado de PAC da Segurança Pública, o Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci) foi lançado pelo governo federal em agosto de 2007, com o objetivo de promover estratégias de prevenção, controle e repressão da criminalidade, que atuem

em suas raízes socioculturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da colaboração entre União, Estados e município, com a finalidade de gerar “uma mudança da cultura da segurança pública no país”, de acordo com as autoridades federais. O programa está voltado inicialmente para as 11 regiões metropolitanas brasileiras mais violentas: Belém, Belo Horizonte, Brasília (entorno), Curitiba, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Segundo o Ministério da Justiça, responsável pelo programa, a mudança de ação do governo federal na área do combate à criminalidade se dá em razão da presença marcante do crime organizado em áreas de baixa-renda das grandes cidades brasileiras, particularmente em favelas; da ineficiência dos programas de ressocialização de presos e do aumento de jovens envolvidos com crimes. Dados estatísticos apontam que a população encarcerada é composta basicamente por homens, na faixa de 18 a 30 anos, majoritariamente negros, com baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, moradores da periferia das grandes capitais e desempregados no momento de sua prisão.

A valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o desenvolvimento de ações socioeducativas que envolvam a comunidade são alguns dos focos de ação do programa. Nele, há um papel reservado à educação. Para incentivar a qualificação de policiais, o programa concederá bolsa-auxílio para aqueles que participarem de cursos de extensão ou de pós-graduação. Para jovens de comunidades atendidas pelo Pronasci, serão desenvolvidos os projetos Brasil Alfabetizado, Programa de Educação Profissional para Jovens e Adultos (Proeja), e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Para os jovens presos, o programa continuará a alfabetização por meio do Brasil Alfabetizado, e implantará nas penitenciárias das 11 regiões atendidas o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e a preparação para o Enem, visando que eles tenham acesso à formação universitária por meio do ProUni ou do programa Universidade Aberta.

2.4.1 O PAC das Favelas

O Complexo do Alemão será a primeira área a ser beneficiada pelo Pronasci, “a prova de fogo do programa”, segundo o atual secretário nacional de Segurança Pública, Antonio Biscaia. O Pronasci será desenvolvido de forma articulada às obras do chamado

PAC das Favelas, que envolverá investimentos de R\$ 8 bilhões dos R\$ 12 bilhões previstos no orçamento federal para as obras de habitação popular do PAC, no período de 2007 a 2010, em todo Brasil.

O PAC das favelas, coordenado pelo Ministério das Cidades, prevê obras em quatro conjuntos de favelas do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, Manguinhos, Pavão/Pavãozinho/Cantagalo e Rocinha, que possuem população estimada entre 146 a 252 mil pessoas cada. O programa é considerado a maior proposta de intervenção urbanística em favela, garantida por meio de investimentos de R\$ 1,075 bilhão da União (75%), 20,5% do Estado e 4,5% da Prefeitura do Rio de Janeiro, totalizando cerca de R\$ R\$ 1,4 bilhão.

Em 22 de fevereiro de 2008, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame anunciou a transferência de R\$ 55 milhões do Pronasci para as obras do PAC em três favelas do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão, Manguinhos e Rocinha. As negociações já vinham desde o 2007 e visavam garantir a entrada do Rio de Janeiro no programa e condições de trabalho nos canteiros das obras do PAC. “Não faremos operações policiais, somente garantiremos a segurança nos canteiros de obras”, afirmou o secretário Beltrame em resposta ao temor da comunidade de novos confrontos durante as obras.

Um dos principais projetos do PAC no Complexo do Alemão é a construção de um teleférico, que irá percorrer 2,8 quilômetros, ligando a estação ferroviária de Bonsucesso às plataformas de cinco morros do Complexo. Também estão previstas construções de escolas, postos de saúde, obras de infra-estrutura e saneamento.

As obras serão implementadas por meio de frentes de trabalho locais, para as quais já se inscreveram 16 mil pessoas, somente no Complexo do Alemão, para um conjunto de 1.800 vagas. Mas o medo de que haja remoções de população, quando as obras estiverem concluídas; de represálias de narcotraficantes e de novos confrontos policiais; além de uma grande insatisfação diante da falta de escuta e do quase inexistente diálogo entre os governos e os grupos de organizações comunitárias, aparece com intensidade nos depoimentos colhidos por esta Relatoria durante os dias de missão no Rio de Janeiro.

Matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, em 13 de abril de 2008, aponta a intensificação de conflitos entre grupos de narcotraficantes com a chegada das obras do PAC no Complexo do Alemão, em Manguinhos e na Rocinha. Segundo a reportagem, em um mês, os conflitos já haviam deixado 4 mortos e 14 pessoas desaparecidas. O

secretário José Maria Beltrame afirmou que a polícia estava atuando “com cautela, critério e inteligência”, buscando desarmar os grupos.

3. CARACTERIZAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO

O Complexo do Alemão é um conjunto de favelas localizado na zona norte do Rio de Janeiro, na Serra da Misericórdia, parte central da região da Leopoldina, abrangendo cinco bairros: Ramos, Inhaúma, Bonsucesso, Penha e Olaria.

Em decorrência da falta de pesquisas sobre a área, há dados contraditórios por parte de diferentes fontes governamentais sobre sua população¹⁵ e situação socioeconômica. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, a população do Complexo do Alemão em 2000 era de 65.021 habitantes, sendo 28.249 pardos, 27.721 brancos, 8.230 pretos, 164 amarelos, 228 indígenas e 429 não-declarados. Atualmente é estimada por alguns órgãos públicos entre 120 a 160 mil pessoas, ocupando uma área de 6.185 hectares, sendo a segunda região mais populosa da cidade. O Complexo é composto por treze comunidades: Morro do Alemão, Grota, Nova Brasília, Alvorada, Alto Florestal, Itararé, Morro Baiana, Morro Mineiro, Morro da Esperança, Joaquim de Queiroz, Cruzeiro, Morro das Palmeiras e Morro do Adeus.

Considerada uma das regiões mais pobres do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,711, o mais baixo dos 126 bairros do Rio de Janeiro. A expectativa de vida é de 64,8 anos e aproximadamente 14% da população é analfabeta. Nessa região, cerca de 29% da população local vive abaixo da linha de pobreza, e a taxa de mortalidade infantil é de 40,15 por 100 mil nascidos vivos, número esse cinco vezes maior do que na zona sul da cidade, que é de 7,76 por 100 mil.

A atividade econômica da região é composta por 6 mil pequenos estabelecimentos, sendo que 87,4% são do segmento do comércio e serviços. Possui altas taxas de natalidade, pequena área livre por habitante, pouca oferta de emprego, baixo índice de desenvolvimento infantil, e carência geral de atendimento no setor da saúde. Desde o final dos anos de 1990, a região do entorno do Complexo do Alemão

¹⁵ Segundo estudo do Cedaps (2003), baseado em informações obtidas junto à Prefeitura, muitos moradores do Complexo do Alemão não informam seu endereço utilizando Complexo do Alemão como seu bairro de moradia – preferem antes informar os bairros a que pertenciam suas comunidades antes da existência do Complexo (Inhaúma, Ramos, Bonsucesso, etc). O estudo considera que tal situação decorre do estigma criado sobre o bairro, marcado por uma reputação cada vez pior com relação à violência e à pobreza.

viveu um intenso processo de desindustrialização, que acarretou a perda de 20 mil postos de trabalho.

A segurança da região do Complexo do Alemão é de responsabilidade do 16º Batalhão da Polícia Militar, que supervisiona nove bairros (Alemão, Olaria, Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Jardim América e Vigário Geral).

3.1 A educação no Complexo do Alemão

A área possui atendimento da rede municipal e da rede estadual de ensino. Em resposta à solicitação de informações encaminhadas pelo Ministério Público Estadual à Secretaria Municipal de Educação, a pedido da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, a Secretaria Municipal de Educação afirmou ser responsável por oito escolas no Complexo do Alemão. Uma dessas escolas possui atendimento em horário integral, há seis outras unidades funcionando em dois turnos e uma última que, além de atender ao ensino fundamental em dois turnos, funciona das 18h às 22h com o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Peja). Nessas oito unidades encontram-se matriculados 5.750 alunos e alunas. Em 2007, a Prefeitura adquiriu o prédio onde funcionava uma fábrica da Coca-Cola que passa por obras de adaptação, visando a ampliação da oferta de matrícula na região.

A Secretaria Estadual de Educação informou que mantém oito escolas na chamada área do Complexo do Alemão, sendo que a maioria delas funciona em horários ociosos dos prédios das escolas municipais. Sete delas estão no entorno do Complexo. Somente o CIEP Theóphilo de Souza Pinto está localizado dentro do Complexo. As escolas situadas na área (dentro e no entorno do Complexo) são:

- C.E.Taciel Cyleno, com 485 alunos de ensino médio;
- E.E.E.S. Alcides de Gaspari, com 338 alunos do Peja;
- E.E.E.S. Prof^o Mourão Filho, com 785 alunos do Peja;
- C.E. Barão de Macaúbas, com 650 alunos de ensino fundamental e médio;
- E.E.E.S. Walt Disney, com 567 alunos do Peja;
- CIEP Brizolão Theophilo de Souza Pinto, com 1.095 alunos de ensino fundamental e médio;
- C.E. Olga Benário Prestes, com 912 alunos de ensino médio;

- C.E. Lélia Gonzales, com 897 alunos de ensino médio.

A Secretaria Estadual trabalha com uma estimativa da população do Complexo do Alemão em torno de 72 mil pessoas, número inferior às estimativas de outros órgãos públicos que apontam que a área teria no mínimo 100 mil habitantes. Partindo dessa referência subestimada, verificamos no quadro a seguir os números informados pela Secretaria, referentes às pessoas do Complexo do Alemão com idade até 17 anos, com e sem atendimento escolar:

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO	C/ATENDIMENTO	S/ATENDIMENTO
0 – 5 anos	6.451	1.466	4.985
6 – 14 anos	9.662	7.594	2.069
15 – 17 anos	3.499	2.680	768
Total	19.562	11.740	7.823

Pesquisa realizada pela organização não-governamental Centro de Promoção da Saúde (Cedaps) no Complexo do Alemão, com apoio do Unicef, revelou que a comunidade avalia a escola pública como oferecendo um ensino de baixa qualidade. Faltam professores, não existem atividades extracurriculares e de lazer, e o aprendizado é deficiente. A violência faz com que os pais, os estudantes e os educadores tenham que se submeter à dor e ao medo, e conviver com o risco à integridade física e de problemas ligados à saúde mental, com a perda dos dias letivos, a quebra na rotina educacional, a desconcentração, a dificuldade de acesso às unidades escolares e de moradia, o que resulta em prejuízos à aprendizagem.

3.1.2 Ação policial, os jogos Pan-Americanos e as escolas

Como já abordado anteriormente, a primeira megaoperação realizada pela Secretaria de Segurança Pública no Rio de Janeiro foi no Complexo do Alemão em 27 de junho de 2007, envolvendo 1.300 policiais entre militares, civis e soldados da Força Nacional. Os confrontos entre policiais e narcotraficantes, recorrentes na comunidade, começaram a se intensificar em maio de 2007.

A megaoperação do Complexo do Alemão fez parte das estratégias destinadas a “garantir a segurança pública” e “inibir a ação de narcotraficantes” às vésperas e durante

a realização dos jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, ocorridos entre 13 e 29 de julho, com a presença de 5.662 atletas de 42 países. Em função dos jogos, a cidade do Rio de Janeiro recebeu cerca de 600 mil turistas.¹⁶ A justificativa oficial para escolha do Complexo do Alemão como a primeira área a passar por uma megaoperação foi a de que ela concentrava grande parte das lideranças do narcotráfico do Rio de Janeiro.¹⁷

Segundo o relatório das entidades da sociedade civil entregue ao relator da ONU, Philip Alston, a megaoperação de 27 de junho, levou à morte 19 pessoas, sendo duas delas adolescentes - um de 14 anos e outro de 15 anos - e gerou ferimentos em 78 pessoas - entre elas uma estudante que estava na escola e uma criança. Dos 78 disparos desferidos pela polícia contra as vítimas fatais, 32 foram disparados pelas costas e em regiões vitais, o que demonstra a intenção de execução.

Entre os dias 2 de maio e 17 de agosto foram contabilizados 44 mortos e 81 feridos na ação policial no Complexo do Alemão. No relatório constam diversos relatos por parte de moradores de casos de tortura e abuso de poder, cometidos por policiais contra adultos, jovens e crianças. O Ministério Público Estadual está apurando várias das denúncias. Uma perícia encomendada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos do Governo Federal apontou falhas graves na adoção dos procedimentos técnicos realizados pela perícia do governo do Rio de Janeiro, logo após a operação, o que dificultou a apuração adequada das mortes.

¹⁶ Segundo Sandra Carvalho e Fernando Delgado no artigo “Os mortos do Pan-Americanos” megaeventos iguais ao Pan Americano têm históricos violentos, caracterizados pelo aumento da repressão policial às áreas pobres das cidades. Citam como exemplos as Olimpíadas de 1968, no México, os Jogos Pan-Americanos de 2003, na República Dominicana, o Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico em 2006, no Vietnã e a ECO 92, no Rio de Janeiro.

¹⁷ É importante lembrar que o Complexo do Alemão ficou marcado no Rio de Janeiro como a comunidade na qual foi morto em junho de 2002 o jornalista Tim Lopes. Na época, ele era repórter da Rede Globo e realizava matéria sobre os bailes *funk* nas favelas do Rio de Janeiro. Segundo a apuração policial, o assassinato foi cometido por um grupo de narcotraficantes liderado por Elias Maluco, e gerou grande comoção nacional, levando vários meios de comunicação e organizações da sociedade civil a cobrarem do poder público uma ação mais “dura” contra o narcotráfico. Para prender Elias Maluco, a polícia envolveu, na época, 800 policiais, contingente nunca antes mobilizado. Por motivos de segurança, a partir do assassinato do jornalista, a entrada de repórteres no Complexo do Alemão e em outras favelas do Rio de Janeiro diminuiu consideravelmente, o que contribuiu ainda mais para o isolamento dessas áreas. RAMOS, Silvia de.; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. CESeC, Luperj-Tec, [Secretaria Especial de Direitos Humanos](#) e União Européia, 2007.

Como declarado pelas autoridades públicas estaduais após a megaoperação, a perspectiva é a de que os confrontos continuem nos morros cariocas, já que a ação policial seria permanente e se intensificaria visando o desmantelamento da estrutura criminosa. A necessidade de “retomada da área” para o início das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) também foi apontada como justificativa para a continuidade da ação policial no Complexo do Alemão, primeira área a ser contemplada pelo PAC Favelas, dentro do marco do Pronasci.

3.1.3 Suspensão de aulas

No dia 2 de maio de 2007, as oito escolas e creches municipais do Complexo do Alemão suspenderam o atendimento, que somente foi retomado no dia 30 de julho. A suspensão atingiu os 5.750 estudantes. Por meio do chamado *Projeto União*, a Secretaria Municipal estabeleceu uma alternativa de atendimento emergencial no contexto do conflito. De 18 de junho até a volta das aulas regulares, cerca de 4.500 mil crianças e adolescentes foram atendidas em sistema especial por duas horas diárias no CIEP Gregório Matos, localizado no entorno do Complexo do Alemão.

O atendimento envolveu oficinas de arte e alguns conteúdos das disciplinas regulares. Em decorrência do medo, muitos familiares não permitiram que seus filhos fossem ao CIEP. O caso de Karen Cristina Baptista Borges, de 20 anos, que foi baleada de raspão na perna dentro de uma sala de aula durante o conflito, aterrorizou as famílias. Com a retomada das aulas em 30 de julho, muitos alunos faltaram pelo receio de sair de casa.

A missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação buscou apurar o ocorrido antes, durante e após a suspensão das aulas e a situação do atendimento educacional na área. Uma das questões que mobilizaram o trabalho da missão foi a de perceber se a situação de confronto armado, como intensificador das históricas violações cotidianas do direito humano à educação, enfrentada regularmente pela população, restringiu-se ao período da operação policial, ou se é uma realidade permanente para a população do Complexo do Alemão. Para isso visitamos escolas do Complexo do Alemão e ouvimos integrantes das comunidades, profissionais da educação, sindicalistas, organizações comunitárias do próprio Complexo e outras organizações da sociedade civil carioca. Interrogamos também membros do Ministério Público, do Poder Legislativo e do

Poder Executivo Municipal e Estadual, em especial, a secretária municipal de Educação, Sonia Mograbi, o secretário estadual de Educação, na época da missão, Nelson Maculan e o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame.

4 A MISSÃO DA RELATORIA NO COMPLEXO DO ALEMÃO

4.1 Visitas às escolas

4.1.1 Escola Municipal Monsenhor da Rocha

A Escola Municipal Monsenhor da Rocha fica na Avenida Nossa Senhora da Penha, no bairro da Penha, avenida que dá acesso ao Complexo do Alemão. Devido à sua localização, é regularmente alvo do tiroteio entre policiais e narcotraficantes e entre grupos de narcotraficantes. A escola teve seu espaço ocupado por policiais durante a operação de 2007 e apresentava marcas de bala em diversos lugares de seu edifício. A escola atende a pré-escola (crianças de 4 e 5 anos), 1º ciclo inicial e 2º ciclo intermediário. Não possui classes de Educação de Jovens e Adultos e nenhum aluno portador de necessidade especial. A escola conta com um Conselho Escolar atuante, segundo a diretora Glória Aradas Blanco Almeida, sendo formado por alunos, professores, pais e outros representantes da comunidade.

A Relatoria foi recebida pela diretora Glória e pela coordenadora pedagógica Maria Cristina Drouco. A equipe da coordenadora regional da Secretaria Municipal de Educação acompanhou todas as visitas às escolas municipais. A diretora e a vice-diretora informaram que trabalham há trinta anos na escola e que a violência se intensificou nos últimos dez anos. A escola existe desde 1964, quando não havia registro de vandalismos ou assaltos, e quando essa não havia ainda enfrentado a suspensão das aulas por períodos muito longos, até ocorrer os confrontos entre policiais e narcotraficantes de 2007.

No dia 2 de maio, quando ocorreu a operação policial no Complexo do Alemão por policiais civis, militares e pela Força Nacional de Segurança, havia 1.045 alunos na escola. A diretora lembrou com emoção o momento do confronto, pois esse gerou grande desespero tanto entre as crianças, como entre as profissionais da escola, estando essas últimas muito mais preocupadas com a segurança dos alunos, do que consigo mesmos. Apesar da ocupação das forças policiais e do confronto com o narcotráfico, a escola continuou funcionando, mesmo que precariamente, até o dia 8 de maio; quando o comando da Polícia Militar da região, 16º Batalhão, informou que não havia prazo determinado para o fim da operação policial no local e orientou para que as escolas

suspendessem as aulas. As crianças ficaram sem nenhum contato com a escola de 9 de maio até 18 de junho, quando foi definida a transferência dos estudantes das seis escolas para o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Gregório Bezerra, unidade da rede municipal localizada próxima ao Complexo do Alemão. Cerca de 4.500 crianças e adolescentes foram atendidos em jornada reduzida, de 2h à 2h30 por dia.

Segundo a prof^a Glória, os pais aceitaram a mudança para o CIEP Gregório Bezerra, decisão da qual participou também o Conselho Escolar. Para o transporte de uma escola à outra as crianças não contaram com veículo especial. Elas utilizaram o RioCard, um bilhete eletrônico, disponibilizado pela prefeitura para estudantes e portadores de necessidades especiais, nos ônibus urbanos.

Segundo a diretora, as crianças gostaram da idéia de ir para o CIEP e não se abalaram com a mudança para uma outra escola, porque com isso viviam uma “situação diferente”.. “Muitas não agüentavam mais ficar trancadas em casas”, disse a coordenadora pedagógica. A diretora salientou que para a maioria das crianças daquela comunidade “ir para a escola” é algo prazeroso porque é a referência de um espaço “para ser criança e estar livre das responsabilidades do lar”. Para muitas delas, a escola é o único lugar onde “há um ambiente saudável”.

A direção e a coordenação regional não souberam informar ao certo quantas crianças participaram efetivamente das atividades no CIEP. Muitos pais e mães, por medo dos confrontos, resolveram retirar o plano de estudos da escola, para utilizá-los em suas próprias casas, mantendo assim as crianças protegidas. Muitos familiares se viram prejudicados com relação aos seus empregos por não terem aonde deixar seus filhos com segurança. Segundo a Secretaria Municipal, os alunos que abandonaram a escola durante a crise foram reincorporados, ninguém teve sua matrícula cancelada, e a taxa de evasão foi registrada em torno de 5%.

Para a coordenadora pedagógica, com o fechamento da escola, as profissionais e a direção uniram-se por meio do *Projeto União*, para criar uma estratégia que atendesse às necessidades pedagógicas dos estudantes. Esse período permitiu maior convivência e troca de experiência entre os profissionais, e reforçou os laços de solidariedade o que resultou no desenvolvimento do projeto. O *Projeto União* surge assim em decorrência de suprir os objetivos pedagógicos e psicológicos daquele momento de crise em particular, pelo qual passavam as seis escolas do Complexo do Alemão.

Questionadas sobre se havia alguma estratégia ou orientação, por parte das autoridades de segurança pública ou de educação, referentes à proteção dos

profissionais e estudantes nos momentos de tiroteio e confronto, a diretora e a vice-diretora informaram que “cada profissional agiu da forma como entendia ser a melhor”, o que ela traduziu em reações espontâneas à violência como: abaixar-se, conduzir-se ao canto da sala, tapar os ouvidos e deitar-se no chão.

Dessa maneira a equipe da Relatoria apurou que as ações de repressão ao narcotráfico, desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública na região, não foram precedidas de qualquer orientação às escolas. Até o momento da missão da Relatoria, para as professoras, os sinais para saber se a comunidade está na iminência de enfrentar um possível confronto são: a passagem do “Caveirão” na avenida principal, a falta “em massa” de alunos e os boatos trazidos pelos familiares. O policiamento da região é realizado somente pelo veículo blindado “Caveirão”, já que viaturas “normais” não entram na localidade. A ronda escolar acontece somente em áreas onde não há conflito, e a ação da guarda municipal nas escolas se restringe a palestras ou ao socorro a acidentes ocorridos nas escolas.

Todo o processo de crise durante e após a operação policial de 2007, e os encaminhamentos para sua solução, foram desenvolvidos pelas escolas em diálogo com a Coordenadoria Regional de Ensino e o gabinete da Secretaria Municipal de Educação. Em nenhum momento houve participação da Secretaria Estadual de Educação ou da Secretaria Estadual de Segurança Pública, sendo esta última responsável pela coordenação da operação policial na comunidade.

Segundo a diretora, todo o processo vivido pela escola durante o período da ocupação (os procedimentos de segurança adotados, as reações/crises das crianças e professores, o processo pedagógico) não foi sistematizado. Questionadas pela relatora, a diretora, a vice-diretora e a coordenadora regional se mostraram contrárias a qualquer orientação sobre procedimentos de segurança para casos de confronto: “Aceitar isso é aceitar que a violência pague a escola”. Para elas, as ações devem ser desenvolvidas por cada escola no momento em que a situação surgir, pois a violência “não pode ser regulamentada”.

Durante a entrevista à Relatora, a prof^a Glória afirmou que a melhor situação seria aquela em que a violência e o narcotráfico não existissem, mas reconheceu que ambos estão inseridos no cotidiano da comunidade e é muito difícil combatê-los:

O narcotráfico é um polvo. Mas a droga não é o único problema da favela, é necessário investir em trabalho, saúde, etc. Na comunidade ocorre a corrupção de pais por falta de recursos e empregos. Muitos resistem, mas

vários acabam aceitando ser aviãozinho de droga por 300 reais para poder alimentar suas famílias. Nesse contexto, acontece muitas vezes a glorificação da figura do traficante pelos mais jovens. É preciso investir na parte social e em emprego, porque é o trabalho que garante dignidade para as pessoas.

Apesar de tudo, a diretora avalia que há um grande respeito pela escola por parte da comunidade e, inclusive, dos traficantes. Destes últimos, muitos querem outras perspectivas para seus filhos, sobrinhos e irmãos e estimulam que as crianças freqüentem as escolas “para terem um futuro diferente do deles”.

4.1.2 Escola Municipal Leonor Coelho

A Escola Municipal Leonor da Rocha fica na Avenida da Penha, na esquina de uma rua que dá acesso ao Complexo do Alemão. Além de estar localizada na entrada da favela, por onde passa o “Caveirão”, a escola está na “fronteira” entre duas facções de drogas rivais, sofrendo constantemente com a troca de tiros entre narcotraficantes e entre policiais e traficantes.

Fomos recebidas pela diretora Vera Lúcia de Souza Caldas, pela diretora adjunta Elizabeth Magalhães e por um grupo de professores que discorreram sobre o confronto entre policiais e narcotraficantes e o impacto da violência enfrentada cotidianamente na escola. Segundo o relato da diretora, o período de maio a julho de 2007 foi marcado pela ocupação policial na comunidade, sendo que no primeiro mês o conflito foi o mais intenso.

No feriado de 1º de maio, os professores e as lideranças informaram que houve tiroteio durante toda a madrugada. Na manhã de 3 de maio havia rumores na comunidade de que ocorreria uma grande operação policial, mas mesmo assim a escola funcionou normalmente com cerca de 500 alunos. Quando a operação policial teve início, ocorreu um intenso tiroteio e explosão de granadas no pátio da escola, provocando terror generalizado. Os gritos e os choros das crianças pequenas da escola vizinha - Monsenhor da Rocha - podiam ser ouvidos na Escola Leonor Coelho. As escolas ficaram sem energia elétrica.

Naquele momento, uma das principais preocupações da diretora Vera era com um grupo de crianças e professoras que retornava para a escola, vindas de uma excursão pela cidade. Depois de algumas tentativas, a direção conseguiu contato com o celular de algumas das professoras e as orientou a levarem as crianças ao CIEP Brandão Monteiro.

Assim como a Escola Monsenhor da Rocha e outras quatro escolas municipais, a escola Leonor Coelho foi fechada em maio e retomou às aulas, em jornada reduzida, no CIEP Gregório Bezerra. A escola voltou para a rotina normal de aula no início de agosto, mas segundo a equipe, vive em “tensão permanente”. “Agora têm dias calmos, mas os tiroteios continuam e acontecem mais de uma vez por semana. Tem semana que acontece todo dia”.

Quando começa um tiroteio, os pais descem desesperados para retirar seus filhos da escola, ficando todos em risco. A situação de vulnerabilidade também se deve ao fato do “Caveirão” (veículo blindado utilizado pela polícia civil) estacionar regularmente em frente à escola, transformando-a em alvo e tornando os conflitos mais frequentes. Os alunos vivem assustados. Segundo os professores, a escola é um território em disputa, servindo de escudo para policiais e grupos de narcotraficantes.

Ainda de acordo com a direção e os professores, a ocupação do Complexo do Alemão faz parte de uma política de cerco às comunidades de baixa renda e se vincula à concepção que se tem de favela, como um território que deve estar sob vigilância permanente da polícia. Tal política está baseada na desconfiança e na criminalização da população, e conseqüentemente na restrição de seu direito de ir e vir.

Ao mesmo tempo, a equipe da escola destaca que o cerco se dá também por meio dos traficantes, pois esses oprimem a comunidade. Para se defender, vários deles ordenam que a comunidade vá para as ruas quando tem início algum confronto com a polícia, usando a população de escudo. A incursão da polícia é difícil no Complexo do Alemão porque a favela é muito grande, e existem várias saídas e rotas de fugas.

Segundo os professores, foram realizadas algumas conversas com o batalhão da política militar responsável pela segurança da região. Eles avaliam que a Secretaria de Segurança Pública adotou um critério de classe social para sua incursão na área: não há respeito e nem direito à vida, e a morte dos civis é justificada como um “mal necessário”. A ação policial é realizada mediante a expedição de mandato judicial coletivo, o que permite a invasão das casas da localidade, identificando a todos como criminosos.

Os professores e lideranças comunitárias ressaltaram ainda, em vários momentos da entrevista concedida à Relatora, que há uma grande diferença entre convivência social e convivência com o tráfico: o fato de se cumprimentar um amigo de infância, que hoje se encontra no tráfico, não significa que se é também bandido ou conivente. Muitos na comunidade convivem com os traficantes, mas não são coniventes com eles. Tal situação não é compreendida pela polícia.

A escola retomou sua rotina escolar, mas vive permanentemente em situação muito delicada, pois além de sua localização, há um ponto de venda de drogas atrás de suas dependências. Apesar disso, consegue desenvolver as aulas sem que para isso tenha feito pacto com o narcotráfico. A escola também tem conseguido inibir as incursões da polícia dentro de suas dependências.

A direção reconhece que o confronto provocou traumas psicológicos em professores e alunos, e em decorrência da violência, foi readequada a rotina escolar por meio de uma revisão dos processos pedagógicos voltado às preocupações da localidade. A equipe identificou que no retorno às aulas, as crianças apresentaram maior dificuldade cognitiva, desânimo e abatimento.

Os casos que apresentaram necessidade de acompanhamento psicológico foram encaminhados a um posto de saúde. Dos mil alunos da escola, cerca de 100 apresentaram problemas psicológicos que exigiram tal encaminhamento. O confronto levou algumas famílias a se mudarem da área e outras a não permitirem que seus filhos frequentassem o CIEP Gregório Bezerra durante o período da operação. Mesmo assim, a diretora afirmou que a taxa de evasão no ano foi baixa (referente ao número de alunos que não voltaram mais para escola), algo em torno de 5%.

A diretora estudou na escola quando era adolescente e mantém uma boa relação com as lideranças da comunidade e com o corpo docente. Muitos dos professores afirmam fazer um trabalho de “resistência” ao continuarem atuando na unidade, em vez de pedirem remoção para outras escolas da cidade que ofereçam mais segurança. A equipe da escola avalia que a escola tem um significado positivo para aqueles alunos e que é o único órgão público da localidade onde as famílias buscam todo tipo de informação e apoio. Destaca que a maioria das famílias atendidas pela escola é chefiada por mulheres e se encontra em precárias condições econômicas.

Apesar da direção e dos professores ressaltarem que o corpo docente da escola está unido, que consideram importante e necessário a permanência da escola naquele local, que a escola perdeu alguns alunos, mas outros vieram; ouvimos na reunião a voz discordante de uma professora que disse não acreditar na possibilidade de continuar a lecionar naquele espaço. Apesar de também possuir um forte vínculo emocional com a escola, ela afirmou ser impossível um planejamento escolar naquelas condições porque as aulas não são regulares, os conflitos interrompem constantemente a rotina escolar, o que prejudica os processos de aprendizagem.

Todos os professores enfatizaram a necessidade de combater a idéia de que a favela é “espaço de bandidos”, destacando a necessidade de que sejam valorizados e potencializados os diferentes e criativos projetos de iniciativas desenvolvidos pela própria comunidade. Especificamente, na escola Leonor Coelho, existe o Teatro da Laje, projeto premiado nacionalmente, que inicia os alunos nas artes cênicas. O trabalho foi interrompido durante o confronto, pois é realizado na escola, aos sábados. A escola também implementa a Lei nº-10.639¹⁸, de 2003, através do projeto *A Cor da Cultura*, da TV Futura, e de projetos com a Comissão dos Direitos do Negro do Rio de Janeiro, que pesquisa a vida de negros expoentes da comunidade do Rio de Janeiro, e realiza festivais de música e dança.

Segundo ainda a direção e os professores da escola, são necessários mais investimentos do Estado na localidade, pois a situação de insegurança foi desencadeada pela omissão do Estado e, somente ele, pode restabelecer a segurança no local. Mas a ação de “restabelecer a segurança” não pode ser somente da polícia, mas também de outras instâncias que deveriam atuar conjuntamente para mudar tal circunstância. Conforme afirma a diretora Vera:

As crianças merecem uma boa escola. Essas crianças e jovens não merecem o que está acontecendo aqui. Nós queremos ficar e temos compromissos com todas essas famílias, resistimos, aproveitamos as brechas, mas não sabemos até quando vamos conseguir agüentar.

4.1.3 O CIEP¹⁹ Theóphilo de Souza Pinto

Na entrada para o CIEP fomos recebidos pelo diretor Carlos Antonio Fonseca Muniz, que nos acompanhou na subida do morro. O diretor é professor de educação física e morador de outra região da cidade. Aceitou o desafio de gerir a escola estadual depois

¹⁸ A lei 10.639 foi promulgada pelo Presidente Lula em 2003. Fruto da luta do movimento negro, ela altera a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica de todo o país.

¹⁹ O CIEP Theóphilo de Souza Pinto foi criado como CAIC na gestão do Presidente Fernando Collor (1990-1992). Nos documentos oficiais, ele é chamado ora como CIEP, ora como CAIC. Os CAICs (Centro de Atendimento Integral à Criança) se propunham a desenvolver ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social. A partir de 1995, o projeto deixou de ser gerenciado pelo governo federal e ficou a cargo de governos estaduais e municipais. Os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública) nasceram durante a primeira gestão do governador Leonel Brizola (1983-1986), sob a orientação do Secretário de Educação Darcy Ribeiro por meio do denominado I Programa Especial de Educação. Em uma concepção de educação em tempo integral, os CIEPs foram construídos em grandes prédios com salas de aula amplas e deveriam oferecer além da educação, refeições, atividades culturais, estudos dirigidos, educação física, atendimento médico e odontológico.

que muitos profissionais rejeitaram o convite em decorrência dos problemas de segurança da área e dos baixos salários. O piso salarial para os professores da rede estadual era de R\$ 431,00 no final de 2007.

Ao subir o morro, percebemos que a escola está localizada em situação de extrema vulnerabilidade, já que a unidade fica no topo do Complexo do Alemão. Logo na entrada nos deparamos com um grupo de adolescentes armados com metralhadoras, sentados na calçada da escola. Um outro grupo de homens mais velhos no portão de entrada da escola nos observava. Um deles comunicou-se com outros por meio de um rádio transmissor, avisando da nossa chegada.

O diretor nos mostrou a extensa área do CIEP e a quadra que teve seu telhado reformado, graças ao esforço da comunidade. O telhado foi perfurado por centenas de tiros, decorrentes do confronto entre facções criminosas, o que impedia que as crianças usassem em época de chuvas. Desde que a unidade deixou de ser, em 2005, um CIAC, vinculado ao governo federal, e passou a ser um CIEP do governo estadual, houve desativação gradual da estrutura do CIEP pela Secretaria Estadual de Educação. “Antes, isso aqui era uma beleza. Tinha teatro, capoeira, dança... Os alunos não queriam ir embora daqui”, lembra com saudosismo o diretor. O espaço construído para o atendimento comunitário de saúde está fechado (consultório de dentista e médico/oftalmologista) e os espaços para atividades complementares (informática e outros) também foram abandonados. Poucos profissionais de saúde aceitam vir até o CIEP mesmo que para atendimentos eventuais.

A escola atende 1.058 estudantes de ensino fundamental e ensino médio. O diretor apresentou à relatora, com orgulho, o refeitório da escola, cuja modesta estrutura disponibiliza mais de 10 cardápios diferentes, “sendo que o jantar nunca é igual ao almoço”. Durante dez dias, os alunos têm uma refeição diferente da outra. O cardápio inclui pratos com carne seca, peixe e carne moída. Como há descentralização do dinheiro da merenda, a própria escola negocia com os fornecedores e compra cerca de 500kg de alimentos por semana. Segundo o diretor, a pesquisa de preços foi grande para que se conseguisse comprar mais e melhor com os recursos disponíveis. Mas nenhum fornecedor quer levar os itens comprados até o CIEP, o que faz com que o diretor e os funcionários da escola se desdobre para levar as compras morro acima. “Grande parte dos alunos de nossa escola depende quase completamente da refeição que faz aqui. Mesmo com todas as dificuldades, entre elas o baixo valor recebido para a merenda, a gente se esforça para oferecer o melhor”.

Dentro do CIEP, a Relatoria foi recebida por um grupo de professores. Começamos a entrevista perguntando sobre o fechamento da escola durante o período de confronto entre forças policiais e narcotraficantes e soubemos que durante os dois meses do conflito, a escola fechou somente seis dias, em apenas um dos turnos. “Nossa escola não se localiza no centro do confronto. O Complexo do Alemão é muito grande”, lembrou uma professora.

O CIEP conta com 77 professores, sendo que apenas 16 deles têm matrícula no local, ou seja, são permanentes. Os demais são os chamados GLP (Gratificação de Lotação Primária), professor que tem matrícula numa outra escola e faz “extra” no CIEP. A escola atende alunos de várias comunidades, “a maioria violenta”, segundo os professores; estudantes que têm origem em famílias que enfrentam dificuldades diversas. Para um atendimento adequado, segundo o diretor Carlos, a escola deveria contar com 100 professores.

A falta de professores é o maior problema da escola. Algumas turmas estão sem aulas de matemática, inglês e física há mais de dois anos. Muitos professores pedem licença e os novos professores concursados não querem trabalhar no local devido ao risco de violência. Isso faz com que, por ordem da Secretaria Estadual, um grande número de alunos seja aprovado ao final do ano sem ter cursado as disciplinas e sem a menor condição de aprendizagem.

Na opinião da direção e do grupo de professores do CIEP, a aprovação automática traz resultados satisfatórios somente para as estatísticas, mas acarreta deficiências na formação dos alunos. Questionados sobre a posição da Secretaria Estadual de Educação em relação à falta de professores, a equipe informou que a política da Secretaria tem sido a de transferir para as escolas a responsabilidade pela busca de alternativas e/ou de estratégias destinadas a enfrentar o quadro colocado.

Outro problema apontado pela direção é a dificuldade na relação professor-aluno. Segundo os professores, de acordo com as “normas” atualmente vigentes, “o aluno pode tudo e o professor não pode nada”. Uma dessas normas, na rede estadual, refere-se à presença ou não do aluno na escola: aqueles que atingirem 10 faltas devem ser encaminhados para o conselho tutelar²⁰. Porém, na maior parte dos casos, o conselho tutelar nada faz.

²⁰ Órgão público municipal de caráter autônomo e permanente, que tem por função zelar pelo cumprimento dos direitos da infância e juventude, conforme os princípios estabelecidos no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Os professores exemplificam situações delicadas como a dificuldade em lidar com alunos viciados em drogas e com aqueles que os desrespeitam constantemente. Diante dessas circunstâncias, a direção criou alguns mecanismos para respaldar os educadores caso necessitem tomar alguma medida mais drástica, como a da expulsão. Foram criados protocolos que os alunos assinam quando causam algum tipo de infração na escola. A direção relatou casos delicados de estudantes com vínculos familiares, ou de amizades com pessoas do narcotráfico, e a dificuldade envolvida no manejo de determinados conflitos escolares. Informou também que há problemas de evasão escolar e, por isso, participaram de um encontro estadual com o Ministério Público para tratar desse tipo de assunto.

Na opinião dos professores, o Estado chega nas comunidades pobres apenas como “braço” repressor da lei, usando a força armada, sendo que, de acordo com um desses profissionais:

(...) Se houvesse investimento nas escolas e em outros serviços públicos, se conquistaria a confiança dos moradores. Devido à falta desses atendimentos, os moradores acabam recorrendo aos traficantes para conseguir atendimento médico e outros serviços que não são encontrados facilmente no local.

Segundo a equipe do CIEP, a gestão administrativa de uma escola, numa localidade como a do Complexo do Alemão, precisa ser diferenciada para dar certo, o que torna necessário a autonomia para indicar ou contratar profissionais da comunidade, que ocupassem os postos de trabalho vagos. “Aqui também precisaríamos de um educador com perfil diferenciado, sensível e preparado para enfrentar esse contexto”. O diretor Carlos também defende uma política de benefício para professores que trabalham em locais de alta periculosidade, pois acredita que somente dessa maneira o problema da falta de profissionais poderia diminuir.

4.2 Audiências com autoridades públicas

4.2.1 Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro Sonia Mograbi

A Relatoria foi recebida pela secretária municipal de Educação, Sonia Mograbi, e por sete profissionais da 3ª e 4ª Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE), às quais as

escolas municipais do Complexo do Alemão são vinculadas. A secretária nos informou que a secretaria mantém uma estrutura de funcionamento descentralizada, o que garante total autonomia para que cada coordenadoria desenvolva suas ações com recursos próprios. A rede municipal é a que tem a maior capilaridade, apresentando o maior número de unidades escolares na cidade.

As escolas municipais possuem conselho escolar, com representantes de pais e alunos, além da equipe escolar. As decisões na escola são deliberadas com o conselho, que define o que precisa ser mudado.

Sobre a crise nas escolas do Complexo do Alemão, Sonia Mograbi afirmou que o momento mais difícil em relação à violência foi em maio de 2007. Diante daquela situação, a Secretaria Municipal de Educação fez um chamamento à sociedade civil, mas ninguém se apresentou para ajudá-la a encaminhar soluções à crise que se abateu sobre as escolas da região, em decorrência das operações policiais.

O fechamento das escolas foi decidido pela Secretaria em razão da insegurança e da dificuldade de circulação da população causada pelo conflito. A decisão pelo fechamento das escolas foi compartilhada com pais e professores e precedida de uma reunião da Secretaria com o Coronel Ubiratan Angelo, comandante-geral da Polícia Militar à época, responsável pela área.

Durante o fechamento das escolas, e com a decisão de que seria necessária a transferência dos alunos para o CIEP Gregório Bezerra (vinculado à rede municipal), foi necessário desenvolver um projeto pedagógico que atendesse as necessidades dos 4.800 alunos de seis escolas da região. Para isso foi desenvolvido o *Projeto União*, uma proposta pedagógica que contemplou atividades dentro e fora da sala de aula, de forma a garantir a continuidade da formação de todos os alunos.

O projeto foi estruturado por meio de módulos de educação com aulas em turnos menores e a elaboração de planos de aulas que poderiam ser retirados no CIEP, pelas famílias cujos pais não queriam que seus filhos - fossem crianças ou adolescentes - saíssem de casa.

O desenvolvimento das etapas do projeto esteve acompanhado de um grupo de “soluções”, desenvolvido pela Rede de Proteção do Educando (Repe), numa ação conjunta das Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social, de diretores das escolas e da comunidade. Cada unidade escolar teve autonomia para avaliar os riscos e decidir sobre a permanência da escola aberta. Das seis escolas municipais

fechadas durante o confronto, o CIEP Brandão Monteiro foi a que sofreu maiores danos. Esta é a única unidade municipal que até outubro de 2007 permanecia fechada.

A última etapa foi a construção do projeto pedagógico focado no retorno dos alunos a sua escola de origem, o que exigiu o desenvolvimento de uma “pedagogia de acolhimento” dos alunos. O projeto contou com a participação da Universidade da Paz.

Os alunos que, mesmo com a reabertura das escolas não regressaram às aulas em decorrência do medo, não foram punidos. A relatora perguntou sobre as taxas de evasão e de transferência escolar durante e após o conflito. A secretária informou que ainda não possuía números precisos, mas que a evasão tinha sido baixa. Sobre as transferências para outras escolas, a secretária afirmou que alcançaram em torno de 10%. Entretanto, acredita que essas transferências não estiveram relacionadas ao conflito, mas sim às mudanças de domicílios entre áreas do próprio Complexo do Alemão.

Sobre a falta de vagas ou sobre a distância a ser percorrida pelos estudantes para chegar às suas escolas (pela falta de vagas em escolas próximas à residência dessas pessoas); Sonia Mograbi informou que a rede de ensino não tem problemas com a questão de vagas. As crianças que passaram a estudar fora da região o fazem porque as mães preferem ter seus filhos estudando próximos ao local de trabalho delas. Questionada sobre a falta de professores nas escolas da região, em razão do risco de trabalhar em áreas de conflito, ela negou que haja falta de professores na rede municipal, e afirmou que os professores da região não solicitaram transferências em razão do conflito.

Segundo as equipes das coordenadorias, as únicas solicitações de transferências são de professoras que casam com militares e pedem mudança para áreas mais seguras. Indagada se há algum tipo de gratificação ou outra compensação salarial para os profissionais que atuam em áreas de risco, Mograbi disse que há uma gratificação somente para os professores que trabalham em localidade de difícil acesso, e não em consequência de problemas de violência.

Ao questionarmos se a realidade não impõe a necessidade da Secretaria Municipal de Educação desenvolver ações de segurança voltadas para alunos, pais e profissionais que atuam em áreas de riscos; a secretária afirmou que não é possível determinar qual escola está localizada em área de risco, e que há situações difíceis, determinadas por sujeitos que muitas vezes não são da localidade. Acredita que não é papel da Secretaria da Educação abordar a questão da segurança escolar, e que essa atribuição cabe a outros órgãos do governo.

Percebemos que falta interlocução e troca de informações entre as instâncias governamentais sobre as ações que estão sendo desenvolvidas na cidade, especificamente na região do Complexo do Alemão. O Plano de Aceleração de Desenvolvimento (PAC) afetará as escolas municipais e não houve, até o final de 2007, qualquer reunião entre as secretarias municipal e estadual de educação para discutir o assunto.

As ações de ocupação desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública, bem como seus reflexos nas escolas da localidade; também não foram pauta das reuniões entre as secretarias, ou mais ainda, entre o governador e o prefeito da cidade. A única instância estadual que dialogou com a Secretaria Municipal de Educação foi o 16º Batalhão da Polícia Militar - responsável pela área do Complexo do Alemão - que recomendou o fechamento das escolas na época do conflito.

Sobre a situação educacional nas favelas cariocas e a necessidade de políticas que reconheçam e enfrentem a desigualdade quanto ao acesso, e a qualidade da aprendizagem revelada pelo diversos indicadores educacionais; Sonia Mongrabi afirmou enfaticamente ser contra qualquer ação “discriminatória”. Para ela, a educação na cidade do Rio de Janeiro não exclui ou seleciona alunos, ao contrário, é inclusiva. Disse ainda que se a Secretaria desenvolvesse alguma política específica para as circunstâncias de violência, ampliaria a discriminação e estigmatização dos alunos das favelas.

4.2.2 Audiência com o Secretário Estadual de Educação, Nelson Maculan²¹

O secretário estadual da Educação, Nelson Maculan, informou que está no cargo há nove meses, e desde que assumiu a Secretaria Estadual tem realizado audiências com a população e com os profissionais da educação, procurando atender suas reivindicações. A rede estadual possui 420 unidades na cidade do Rio de Janeiro, e segundo dados de 2007, atende: 414 crianças de 0 a 5 anos, 24.952 estudantes no ensino fundamental, 220.659 estudantes de ensino médio, 221 em educação especial, 48.254 alunos do EJA presencial, 42.023 alunos do EJA semipresencial e 3.054 em educação profissional.

Indagado sobre o fechamento de escolas no Complexo do Alemão em decorrência da violência, o secretário afirmou que o problema na localidade é o confronto com a

²¹ O Secretário Estadual de Educação Nelson Maculan foi substituído no dia 19 de fevereiro de 2008 pelo governador Sérgio Cabral por Tereza Porto, ex-diretora do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj).

polícia, e a existência de uma mentalidade distorcida que glorifica o traficante. Durante o período do confronto, não houve suspensão das aulas na rede estadual, nem qualquer pedido de afastamento por parte dos professores - particularmente daqueles que atuam no CIEP Theóphilo de Souza Pinto, localizado em local vulnerável dentro do Complexo do Alemão. Para ele, esses dados demonstram que o diretor desse CIEP consegue bons resultados, inclusive manter a escola aberta em momentos difíceis.

Ainda sobre o CIEP anteriormente citado, o secretário disse que a unidade está localizada no topo de um morro da favela, vinculado à coordenação da Metropolitana III (são 30 coordenadorias de educação). Elogiou o diretor Carlos como “o ponto forte da escola”, pois ao conquistar a comunidade tornou-se uma figura muito respeitada. A escola não tem pichação, e possui um excelente pátio coberto, onde crianças e professores se sentem protegidos dentro dela. O CIEP Theóphilo de Souza Pinto atende o ensino médio nos três turnos, e seus bons resultados devem-se ao fato de possuir uma direção muito envolvida e dedicada à escola.

Perguntamos sobre a educação em escolas cuja localização está em áreas de conflito, e de acordo com o secretário não se é possível remover as escolas para outras localidades em função da violência. Segundo ele, apesar do acirrado confronto entre a polícia e os narcotraficantes, durante os meses de maio e julho, nenhum estudante foi morto durante o conflito.

Sobre a falta de professores na rede estadual, o secretário afirmou que seriam necessários 7.700 professores. Os docentes da 1ª a 4ª série trabalham 22 horas. Os professores de 5ª a 8ª série e os do ensino médio trabalham 16 horas. A rede conta com 72.000 efetivos, que podem dobrar a carga horária. Os professores dos CIEPs trabalham 40 horas. O Estado conta com 90.000 matrículas na rede estadual e possui 3.000 professores temporários. A meta é implementar mil escolas em tempo integral, e o grande desafio é a qualidade da educação pública. Os professores temporários (contratados) estão proibidos de prestar concurso.

Nelson Maculan informou que discorda do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado, pois defende a necessidade de concursos que ofereçam vagas por região da cidade. Com isso o secretário entende que as pessoas das comunidades (ou próximas a elas) possam disputar vagas nas escolas próximas a onde moram. De acordo com ele, esse pode ser um caminho para que as regiões mais pobres e violentas tenham professores, já que a maioria dos profissionais que passam nos concursos preferem atuar em outras regiões da cidade.

Sobre a relação da Secretaria Estadual de Educação com as demais secretarias, Maculan afirmou que tem forte ligação com o secretário de segurança pública, José Mariano Beltrame, e com o governador do estado Sérgio Cabral, dialogando diariamente com eles sobre as ações na cidade. Destacou o fato de que o governo estadual não realizou cortes orçamentários nas áreas de educação e saúde. Afirmou que a relação com a Secretaria Municipal de Educação é excelente, e que contou com a participação da Undime/RJ na elaboração da Conferência Estadual de Educação.

Apesar da boa relação que mantém com a Secretaria Municipal reconheceu que, durante o período de confronto, não houve articulação das ações em educação entre o município e o Estado. A tentativa de articulação da ação do poder público se deu dentro do próprio governo estadual entre as pastas da saúde e da segurança pública, que por meio de conversas, da troca de idéias e discussão concretizou de alguma forma a defesa das escolas. O secretário afirmou ter consciência de que o conflito entre o narcotráfico e as forças de segurança é um tema difícil de ser tratado. Destacou também o problema enfrentado por escolas da área com relação à impossibilidade de matricular estudantes vinculados a facções rivais em uma mesma escola. “Muitas vezes temos vagas em uma escola e uma grande demanda em uma área próxima, mas não podemos usar essas vagas porque a escola está localizada no território de uma facção rival”. Ressaltou que em caso de conflito na localidade, a direção da escola tem total autonomia para decidir sobre o fechamento da unidade.

Em relação às obras do PAC e ao seu impacto nas regiões das favelas, o secretário disse que o projeto prevê a construção de unidades escolares em três áreas: Complexo do Alemão, Mangueiras e Rocinha. A Secretaria Estadual de Educação vem participando das discussões sobre o PAC com o governo do Estado. O secretário Maculan defende a idéia de que as escolas sejam construídas fora das favelas, para que as crianças “saiam do gueto” e circulem mais pelo entorno.

Segundo ele, as divergências em relação às obras do PAC com a comunidade ocorrem porque as “lideranças locais querem seu pessoal trabalhando nas obras”. Reconhece, entretanto, que não há processos nem instâncias institucionalizadas em relação à participação das comunidades no programa, mas somente conversas com algumas lideranças locais. Nas obras do PAC para a região do Complexo do Alemão estão previstas a construção de 33 creches e de 4 escolas para atender o ensino médio.

4.2.3 Audiência com o Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame

Inicialmente a relatora foi questionada pelo secretário e por sua equipe sobre sua cidade de origem e, posteriormente, se alguém da equipe da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação era do Rio de Janeiro. A relatora informou que era de São Paulo, explicou o trabalho dos relatores nacionais, e também falou sobre a audiência com a Secretaria de Segurança, que havia sido solicitada para que se pudesse ouvir todos os lados envolvidos no conflito, o qual vem gerando impactos no atendimento educacional no Complexo do Alemão.

O secretário afirmou que não ocorreu ocupação policial e sim cerco, necessário em decorrência de uma situação de barbárie por parte das lideranças criminosas do Complexo do Alemão. O serviço de informação da polícia havia identificado importantes criminosos na comunidade, ligados à facção Comando Vermelho, e que traficantes estavam impedindo a livre circulação das pessoas em algumas áreas do Complexo do Alemão, colocando inclusive barreiras físicas. Em muitos locais do Complexo a polícia não tinha acesso há seis anos. “Sem falar nos serviços de telefone, luz, correio, entre outros, que não entram há tempos na área”, lembrou o secretário.

Essa situação desencadeou a ação policial, que envolveu 1.350 homens, com o objetivo de desmantelar as forças criminosas e resgatar armas e materiais ilícitos em poder dos traficantes. A ação criou um cerco (e não uma ocupação) e possibilitou que a polícia pudesse fazer o reconhecimento da área e identificar quem era morador e quem era criminoso. O cerco durou 59 dias. A ação teve um “custo” forte e triste (19 mortes) já que a área possui núcleos de violência que são intransponíveis - e por isso, de confronto inevitável -, para que se alcançasse o objetivo de desmantelamento das forças criminosas. “Não era possível a para polícia agir diferente”, afirmou o secretário.

Sobre a situação das escolas no Complexo do Alemão, cujo confronto da polícia com os traficantes forçou o fechamento de unidades, o secretário observou que as famílias das comunidades deveriam preferir “não ter o filho indo à escola do que tê-lo frequentando uma escola vigiada pelo narcotráfico”. Disse que é do conhecimento de todos que há áreas tanto no Complexo do Alemão, com em outras favelas, nas quais o tráfico determina o horário de funcionamento de escolas.

Segundo ele, as crianças do Complexo do Alemão não convivem somente com a violência policial; elas moram próximas ao esgoto a céu aberto, enfrentam diversas carências e, muitas delas, passam por violência sexual ou presenciam atos sexuais, ou

seja, existem outros problemas na localidade para além do narcotráfico. Indagado sobre como garantir a segurança nas escolas e, se existe a possibilidade de criação de protocolos de segurança que abordem, inclusive, como a comunidade deve agir em momentos de conflito; Beltrame disse que a Secretaria de Segurança Pública pode ajudar desde que criem a demanda para ela e explicitem a necessidade de orientação aos professores e alunos. “Cabe à Secretaria de Educação fazer o pedido de orientação, e não à Secretaria de Segurança Pública colocar a demanda”.

Os policiais que cercaram o Complexo do Alemão realizaram revistas pessoais em crianças e alunos. Essa ação, segundo o secretário, ocorreu porque foi encontrada uma arma calibre 45 na bolsa de uma criança e devido à informação de professoras de que esta prática é utilizada por traficantes para que crianças transportem armamentos. A ação de revista, realizada mediante a expedição de uma liminar, foi suspensa²² dias depois e a secretaria acabou sendo muito criticada.

Indignado, o secretário afirma que há um pacto silencioso – um “pacto pardo” – entre professores e alunos que estabelece a banalização da presença de armas no Complexo do Alemão. Informou que nenhuma das ligações anônimas recebidas pela Secretaria de Segurança denunciando o tráfico de drogas ou sobre armas foi originada no Complexo do Alemão. “Ninguém da comunidade ajuda a polícia, mesmo as famílias tendo que se submeter ao narcotráfico. Eu não consigo entender porque mais de 130 mil pessoas não conseguem expulsar 100 criminosos. Eu confesso que não consigo compreender”, falou em tom de desabafo o secretário Beltrame.

Ele informou que o trabalho da polícia não é sair para matar, mas há casos de corrupção da tropa. Afirmou que por isso já foram expulsos cerca de 200 homens da corporação, mesmo assim justifica a ação da polícia, pois, segundo ele, essa tem conseguido diminuir os índices de criminalidade na cidade.

O secretário afirmou que as soluções efetuadas para diminuir a criminalidade no Rio de Janeiro não são boas, que no Complexo do Alemão, por exemplo, não se entra sem pactuar e sem atender às regras do narcotráfico; o que torna necessário uma ação

²² A ação de revista em crianças e adolescentes foi suspensa em consequência de um pedido de habeas-corpus preventivo, de iniciativa da organização não-governamental *Projeto Legal*. O habeas-corpus foi impetrado em 16 de março de 2007, com pedido liminar de salvo-conduto em favor das crianças e adolescentes e contra o ato do Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, em razão da ação violenta, ilegal e arbitrária de revista pessoal, perpetrada por agentes policiais às crianças e adolescentes moradoras das comunidades de baixa renda. Em maio, a liminar da Justiça que proibia a revista de crianças e adolescentes foi cassada. Em junho, um acordo entre Secretaria de Segurança Pública e a Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro selou a suspensão das revistas das crianças e adolescentes nas comunidades.

que rompa com essa estrutura que já está consolidada há décadas. A ação policial realizada no Complexo apreendeu grande quantidade de armamentos e drogas e, para ele, foi uma ação pontual, planejada, com delimitação da área a ser atingida. Informou que a gestão é transparente, e que os dados das ações policiais estão disponibilizados no site do Instituto de Segurança Pública (ISP).²³

Questionado sobre o relacionamento com as demais secretarias do Estado, José Mariano Beltrame afirmou que dialoga freqüentemente com a Secretaria Estadual de Educação, com o Instituto de Segurança Pública e com a Secretaria de Assistência Social; mas acredita ser necessário um conjunto de ações de políticas públicas para a região do Complexo. Disse que tem informações sobre as ações do PAC e do Pronasci naquela localidade e que há uma comissão da Secretaria de Segurança Pública participando da implementação do programa. Informou que caberá à Secretaria responder pela segurança, para garantir a execução das obras (previstas à época para dezembro, mas iniciadas em março de 2008), e que, segundo as estimativas do vice-governador serão necessários aproximadamente 700 policiais para que se consiga executar as obras. Acredita que o PAC poderá desencadear um processo aglutinador de ações para a região, e possibilitar que o Estado se coloque dentro do Complexo do Alemão, pois as famílias são utilizadas como escudo pelo narcotráfico.

Sobre quais são os desafios da Secretaria, Beltrame informou que um grande desafio é aumentar o número de equipamentos, sendo que a corporação recebeu alguns utilizados durante os jogos Pan-Americanos. Porém, afirmou que o grande problema é o valor do salário pago para a corporação.²⁴

A Secretaria procura dialogar com a comunidade do Complexo do Alemão por meio de um projeto de integração chamado *Café da Manhã Comunitário*. Esse projeto é voltado para a integração entre os batalhões da Polícia Militar, a comunidade, e a Ouvidoria, com a finalidade de receber reclamações e elogios às ações de policiais civis e militares.

²³ A diretora do Instituto de Segurança Pública Ana Paula Miranda foi exonerada pelo Secretário de Segurança Pública no dia 22/02/2008 e substituída pelo ex-comandante do Bope Coronel Mário Sérgio Duarte (“Diretora cai após divulgar recorde de mortos pela polícia” de Ítalo Nogueira, Folha On Line, 22/03/2008)

²⁴ Segundo a Associação dos Ativos e Inativos e Pensionistas das Polícias Militares, Brigadas Militares e Corpos de Bombeiros Militares, a média salarial de um soldado da Polícia Militar do Rio de Janeiro é de R\$ 1.137,49, sendo que o salário base (soldo) é de R\$ 253,55. O restante do valor é composto por gratificações e indenizações.

O secretário observou que a relatora não deveria tomar o Rio de Janeiro a partir de uma análise mundial, como uma referência comparável ao padrão de criminalidade existente em outros países. Segundo afirmou:

A geografia do Rio de Janeiro é diferenciada, ela faz com que a criminalidade se concentre na região central, os morros estão no centro, próximos de regiões nobres, fazendo com que pareça que é mais violenta, porque a disputa se concentra no centro da cidade. A análise da criminalidade do estado deve ser diferenciada, pois 95% dos ilícitos acontecem na região metropolitana, diferentemente de São Paulo, por exemplo, onde a periferia concentra a criminalidade.

4.2.4 Secretário Executivo do Pronasci, Ronaldo Teixeira

A Relatoria foi recebida em Brasília, em novembro de 2007, por Ronaldo Teixeira, chefe de gabinete do ministro da Justiça, Tarso Genro, e secretário-executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci). Teixeira informou que o programa está voltado para 11 regiões metropolitanas com maiores índices de violência, as chamadas “áreas conflagradas”.

A proposta do programa foi elaborada com a colaboração de um grupo heterogêneo de especialistas de diversas áreas (educadores, psicólogos, policiais, etc), de forma a articular o combate à violência e projetos sociais. Primeiramente o programa será voltado para as áreas conflagradas, mas atuará em médio prazo nos 27 Estados da federação e no Distrito Federal. A prioridade é a execução de ações estruturais voltadas para a formação e para a moradia digna de policiais, e de ações sociais para jovens de 18 a 24 anos, que estão em estabelecimentos penais, visando um novo modelo prisional para o país.

O Pronasci atuará em sintonia com a Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (Seppir) e Secretaria de Políticas para Mulher (SPM), que desenvolverão programas locais voltados para ações focadas na família, na segurança, e na convivência. O programa implementará também ações em três eixos: 1. implantar um

projeto para a paz, através da recuperação das áreas em poder do narcotráfico; 2. interação com as famílias da comunidade; e 3. permitir a segurança e a convivência. No eixo 1 haverá a constituição do Território da Paz e, para isso, a Força de Segurança Nacional atuará como retaguarda para a instalação de um território da paz. O eixo 2 procurará qualificar a intervenção do Estado na localidade, desenvolvendo ações junto às famílias, particularmente com as mães, que terão uma função social de multiplicadoras da paz. O eixo 3 prevê a aproximação da polícia com a comunidade. O Complexo do Alemão e a Rocinha serão as duas primeiras áreas atendidas pelo programa.

Para o secretário-executivo do Pronasci, a operação policial no Complexo do Alemão “se fez necessária, porque nenhuma atividade comercial se constituiu na região sem estar comprometida com a milícia ou com o narcotráfico”. Indagado se houve algum planejamento conjunto na área de operação, por parte do Ministério da Justiça e do governo do Rio de Janeiro, ele informou-nos que não, já que o Pronasci foi lançado oficialmente no dia 20 de agosto. “A operação foi feita dentro de uma concepção do governo estadual. Mas estamos felizes porque agora o governo estadual quer se vincular ao Pronasci”, informou Teixeira. Segundo ele, em novembro de 2007, o ministro Tarso Genro assinou o convênio de cooperação federativa com o governador Sergio Cabral, autorizando o início de um planejamento conjunto entre os governos federal e estadual sobre a ação no Complexo do Alemão e na Rocinha.

Segundo Teixeira, a grande inovação do Pronasci é a disputa para mudar a cultura tradicional da segurança pública:

Essa mudança pressupõe uma relação federativa inovadora, porque é a primeira vez que a União diz: nós queremos partilhar da solução da segurança pública. Até então nós tínhamos o Fundo Nacional de Segurança Pública que apoiava os estados na compra de viaturas e equipamentos, mas os Estados continuavam fazendo sua política. Mas agora não, nós temos condições e recursos e podemos dizer: esta é a política que queremos.

4.3 Reunião com grupos da sociedade civil

4.3.1 Grupo articulador da missão

A missão no Rio de Janeiro teve início em 8 de outubro por meio de uma reunião da equipe da Relatoria com as entidades do grupo articulador da missão, na sede do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB). A reunião teve por finalidade apresentar os objetivos e o caráter independente da missão, agradecer ao apoio e o compromisso do grupo com a Relatoria, discutir a agenda dos quatro dias da missão e ouvir as expectativas e sugestões do grupo com relação ao trabalho.

Sobre as expectativas do grupo, as manifestações foram no sentido de que a missão pudesse: somar-se às diversas ações desenvolvidas contra as violações cometidas no Complexo do Alemão, chamar a atenção para os problemas enfrentados na comunidade com relação à violência, e alertar sobre as questões referentes ao acesso e à qualidade da educação pública na área.

Foi destacada a importância da missão para a abordagem sobre a situação da educação nas regiões de favelas do Rio de Janeiro, já que vários problemas vividos no Complexo do Alemão são comuns a outras comunidades, estando entre eles: a violência, a deteriorização das condições de trabalho dos profissionais de educação em favelas, a falta de docentes, a baixa qualidade do ensino, etc.

Para vários representantes de entidades, jogar o foco na violação dos direitos educativos significou lançar mão de um novo olhar sobre as relações entre políticas de segurança pública e políticas sociais, junto à população de favelas. Também foi destacada a importância da visita da relatora à comunidade, pois devido aos confrontos, a área deixou de ser visitada por promotores, defensores, imprensa, organismos internacionais, e outras organizações da sociedade civil, instituições públicas e até mesmo por serviços telefonia e de correio. “É fundamental quebrar este isolamento”, destacou Alam Brum, do Comitê de Desenvolvimento da Serra da Misericórdia.

Na reunião, a representante do Unicef no Rio de Janeiro, Luciana Phebo, informou que o Unicef internacional - no auge do confronto entre as forças de segurança e os narcotraficantes - lançou nota nos jornais sobre a situação das crianças em regiões de conflito armado no mundo, citando, entre outros casos, a situação do Complexo do Alemão²⁵. Também informou ao grupo sobre o documento *Plataforma do Unicef para os Centros Urbanos Brasileiros: mudando a realidade de crianças e adolescentes que vivem em comunidades populares de grandes metrópoles*, referência fundamental para a construção de estratégias que enfrentem os problemas estruturais das favelas cariocas.

²⁵ Nota internacional do Unicef divulgada em Genebra, no dia 28 de junho de 2007.

4.3.2 Sindicato dos profissionais de educação

Realizamos no dia 9 de outubro uma reunião com integrantes da direção do Sindicato dos Profissionais de Educação do Estado do Rio de Janeiro e alguns professores atuantes no Complexo do Alemão. Nosso objetivo foi o de levantar percepções sobre a situação educacional no Rio de Janeiro e os principais problemas da categoria, entre eles, a questão da violência.

O sindicato informou que no final de 2006 entrou com denúncia formal no Ministério Público Estadual sobre a “violência nas escolas públicas”. Segundo a entidade, foi a terceira vez que apresentou denúncias referentes ao problema. Como já colocado neste documento, a Relatoria recebeu cópia do dossiê apresentado por parte do sindicato e, posteriormente, pelo Ministério Público Estadual.

Segundo os dirigentes do sindicato, a violência nas escolas vem se agravando nos últimos anos. A entidade informou que sempre recebe denúncias relativas a assaltos aos profissionais de educação e aos alunos dentro da própria escola, além do desaparecimento de equipamentos escolares. Eles questionam o governo do Estado e a Prefeitura do Rio de Janeiro por não realizarem concursos públicos para a contratação de porteiros e inspetores de alunos, pois a ocupação desses cargos poderia contribuir para a vigilância das unidades. Estimam que o déficit de professores na rede estadual é de 26 mil profissionais, e na rede municipal, de 14 mil.

Professores e professoras entrevistados acreditam que as autoridades públicas educacionais esquivam-se da discussão sobre o tema violência, abordando-o sempre como “algo” que está fora das escolas, e se negam a atuar com relação a uma série de problemas, entre eles, a diminuição no número de profissionais em várias escolas. Para a diretora do Sindicato Gesa Linhares Corrêa, os poderes municipal e estadual, além de não dialogarem entre si, culpam um ao outro, não fazendo uma discussão pública que mobilize os diversos atores envolvidos na situação.

De acordo com os professores, a secretaria de segurança pública desenvolve uma política de repressão e de não-diálogo, o que leva muitas vezes ao extermínio da população de baixa renda. Confirmam que a presença do narcotráfico em determinadas áreas da cidade influencia o horário de funcionamento e o ano letivo de várias escolas, como exemplo recente, a escola da favela Morro dos Macacos.

A situação dos professores é difícil e a violência tem provocado o adoecimento de muitos, que pedem remoção para áreas mais tranquilas. No entanto, a maioria não consegue ser removida. Há casos de pedido de licença médica por causa do conflito e da violência, não registrados nas estatísticas de forma a explicitar o motivo do problema. Não existe na Secretaria Estadual de Educação uma política de tratamento para recuperar o profissional. É realizado um exame chamado “biometria” que, segundo a direção do Sindicato, camufla a origem de doenças. Para Gesa, o pedido de licença médica é um recurso utilizado pelos professores para conseguir um tempo destinado à recuperação.

O Sindicato possui uma carta assinada pelo governador Sergio Cabral durante a campanha eleitoral, comprometendo-se com oito reivindicações da categoria, que ainda não foram cumpridas. A entidade enviou em 2007 uma cópia da carta para todos os professores da rede estadual de ensino como forma de pressão política. Há também o projeto *Nova Escola*²⁶, onde os professores receberiam uma gratificação, mas o governador não cumpriu com os acordos feitos durante a greve, conforme relatos profissionais.

Para os professores, a política da Secretaria Estadual de Educação tem sido a de culpar os profissionais da educação pelos problemas na rede estadual, o que foi feito também pelas gestões anteriores do Rio de Janeiro.

A Relatoria foi informada que o CIEP Theóphilo de Souza Pinto tem turmas de alunos que estão sem aulas desde o ano passado; alguns professores contratados - que não foram efetivados - vão para a escola e, em razão da violência, não retornam para lecionar. A baixa remuneração desvaloriza o trabalho do profissional da educação. Os alunos do CIEP não podem utilizar a biblioteca, a sala de vídeo, os atendimentos dentário,

²⁶ O projeto *Nova Escola* é um programa de avaliação institucional das escolas da rede estadual do Rio de Janeiro, criado por decreto durante a gestão do governador Garotinho (12 jan. 2000). A Fundação Cesgranrio foi contratada para a realização do processo de avaliação externa. Tal avaliação considera o desempenho profissional e a gestão escolar, oferecendo gratificação salarial, de acordo com uma escala de pontuação obtida pela escola. As escolas são classificadas pelo Grau de Desempenho de acordo com níveis, que variam de I a V, enquanto as gratificações variam de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 para os professores, e de R\$ 50,00 a R\$ 250,00 para o pessoal de apoio. Segundo o Sepe, o governador Sergio Cabral se comprometeu, durante a campanha eleitoral, a extinguir o *Nova Escola* e incorporar o valor destinado ao projeto no piso da categoria. O programa ainda está em vigor, e nos resultados das avaliações, os profissionais nunca conseguem atingir a pontuação máxima.

médico, fonoaudiólogo e de assistência social, pois todos esses serviços foram desativados quando a unidade deixou de estar vinculada ao governo federal e passou a ser uma escola estadual.

Durante o confronto, o CIEP ficou fechado somente alguns dias, mesmo assim sofre com o problema estrutural da falta de professores, ainda que somente duas ou três turmas funcionem o dia todo. Os profissionais da educação temporários assinaram contrato de vínculo de trabalho até fevereiro de 2008, e a partir de tal data novos profissionais deverão ser contratados. Segundo os professores, essa prática de contratação é consequência do processo de municipalização das escolas, o que leva a rede estadual a não admitir professores permanentes, na expectativa de que várias escolas passem a ser vinculadas ao município.

Segundo o sindicato, foram feitas várias denúncias e, cabe ao Ministério Público dar seguimento ao caso. De acordo com os professores entrevistados, a categoria é contra o contrato de trabalho temporário e defende o concurso público. O profissional admitido temporariamente não tem plano de carreira, nem benefícios sociais. O sindicato reivindica um piso de 3,5 salários mínimos para o setor administrativo e 5 salários mínimos para os professores. O piso salarial atual é de R\$ 400,00, e os 4% de aumento acordados na última greve não foram repassados aos trabalhadores.

As secretarias estadual e municipal não desenvolvem ações conjuntas e algumas escolas municipais noturnas estão sem professores de língua portuguesa e de matemática. Na Favela da Maré, os alunos de uma comunidade controlada por determinada facção criminosa²⁷ não podem frequentar escolas dominadas por outra facção inimiga, o que leva algumas escolas a terem vagas sobrando, ainda que em outras faltem vagas para os alunos. Por exemplo, na Vila do João e na Vila do Pinheiro sobram vagas. A localidade dispõe somente de uma creche para atender quatro comunidades.

Segundo as dirigentes sindicais, as informações sobre as escolas do município e sobre os decretos municipais não estão disponíveis para consulta pública no Tribunal de Contas; o que torna impossível o levantamento de provas para o encaminhamento das denúncias. De acordo com o Sindicato, a atuação do Ministério Público é considerada

²⁷ As facções criminosas são redes de quadrilhas que se instalam em áreas habitadas por população de baixa-renda particularmente favelas, de onde exploram atividades ilícitas como o tráfico de armas e drogas, roubos e assassinatos, seqüestros e contraponto de mercadorias. Elas são combatidas por forças policiais e também por facções rivais que disputam principalmente o comércio de drogas de determinado território. As maiores facções do Rio de Janeiro são Comando Vermelho (a mais antiga, foi criada em 1979), Terceiro Comando (surgiu nos anos de 1990) e Amigos dos Amigos, fundada por volta de 1988.

parcial, pois não tem feito valer a lei, como também não apresenta soluções aos problemas apresentados. Segundo os professores, foram feitas várias denúncias sobre a falta de aulas em quase todas as comunidades das favelas, e o ministério não deu encaminhamento aos processos ou denúncias feitas pelo sindicato. Aquele até se mostra sensível à problemática, mas é pouco atuante. Como exemplo da omissão na resolução de tais problemas, denúncias sobre o Morro do Adeus apontam que há muitas crianças de berçário, e de 4 a 6 anos, que estão sem atendimento, e até o momento do relato, nenhuma solução havia sido tomada.

4.3.3 Comitê de Desenvolvimento da Serra de Misericórdia

O Comitê de Desenvolvimento da Serra da Misericórdia é um grupo de organizações do Complexo do Alemão, do Complexo da Penha, e do Complexo da Maré, que se articulou e criou em 2000 o Fórum da Serra da Misericórdia, com o objetivo de incidir nas políticas públicas para a região.

O *Instituto Verdejar*, uma das instituições integrantes do Comitê, que atua na preservação das áreas verdes e acompanha as ocupações irregulares na região, defende a idéia de moradia com habitação saudável, com qualidade de vida para a população, e desenvolve projetos de voluntariado voltados ao reflorestamento. O coordenador da organização afirma que a violência policial afetou a região da Serra da Misericórdia, que está vivendo um processo de segregação, pois além das pessoas não saírem mais de casa, o comércio também mudou a rotina, fechando suas portas mais cedo. Os hábitos que caracterizavam a vida na área mudaram em razão da violência.

Essa mesma situação é vivenciada por moradores de outras regiões, por exemplo, da Penha, de Manguinhos, do Jacarezinho. Em razão do confronto, alguns serviços públicos foram suspensos (telefonia, eletricidade, correio). A situação dos jovens é considerada a mais delicada, pois eles não dispõem de opções de entretenimento e são alvos da violência policial.

Fomos informados que a Associação dos Moradores da Serra da Misericórdia protocolou, em 24 de agosto de 1999, uma carta com propostas de ações para a região das Pedreiras, que contemplava a captação de energia eólica e a construção de equipamentos esportivos, culturais e de lazer para a região.

As lideranças do comitê fizeram denúncias sobre a falta de creches e a baixa qualidade das escolas da região. Disseram que os governos – quando dialoga com

setores organizados da comunidade – buscam os grupos considerados “aliados” e se afastam daqueles considerados mais críticos e autônomos com relação ao poder público. Na reunião com a relatora foi dedicado um grande tempo à discussão sobre o PAC e sobre o potencial da iniciativa para estabelecer uma nova relação entre poder público e comunidade.

4.4 Audiência pública

No último dia da missão da Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação, em 11 de outubro de 2007, foi realizada uma audiência pública oficial convocada pelas Comissões da Juventude e de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A audiência, que seria realizada no Sesc Ramos, foi transferida na sua véspera para a quadra da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense. A audiência pública foi desenvolvida em um local próximo ao Complexo do Alemão – e não na Assembléia Legislativa - para viabilizar a presença de um número maior de integrantes das comunidades.

A mesa da audiência foi conduzida pelo deputado Marcelo Freixo (vice-presidente da Comissão de Educação da ALERJ) e por Alan Pinheiro Brum (representante do Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia). Além da Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação, Denise Carreira, integraram a mesa: Luciana Phebo (coordenadora do Unicef no Rio de Janeiro), o deputado federal Chico Alencar (representando a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente do Congresso Nacional); Ana Paula Miranda (diretora-presidente do Instituto da Segurança Pública/Secretaria de Segurança Pública); o desembargador Siro Darlan (presidente do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro); Godofredo de Oliveira Neto (subsecretário estadual de Educação); promotoras Adriana Bastos e Patricia Tavares (Ministério Público Estadual); e o subprocurador Geral de Justiça de Direitos Humanos e Fiscalização do Ministério Público Estadual Leonardo de Souza Chaves. A Relatoria da audiência foi realizada por Inácio Galdino de Queiroz Filho, representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Na platéia, encontravam-se cerca de 80 pessoas, dentre elas, lideranças comunitárias e presidentes das Associações de moradores locais. Com a palavra, a

Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação explicou o funcionamento e os objetivos da Relatoria e apresentou o informe preliminar sobre os quatro dias da missão.

Na audiência, a relatora fez quatro recomendações emergenciais: criação de um sistema integrado de informações sociais sobre a área; constituição de uma instância de articulação das políticas sociais e de segurança pública no marco dos direitos humanos das comunidades; estabelecimento de canais e instâncias institucionalizadas de participação comunitária para o desenvolvimento de ações nas áreas, em particular, as referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal; e criação de protocolos de segurança escolar e comunitária que estabeleçam procedimentos de segurança em caso de conflito armado. A Relatoria também divulgou durante a audiência o documento internacional *Requisitos Mínimos para a Educação em Situação de Emergência, Crises Crônicas e Reconstrução*, elaborado pela Rede Inter-institucional de Educação em Situação de Emergência e que aborda estratégias para garantia do direito à educação em áreas marcadas pelo conflito armado.

Dando prosseguimento à audiência, após apresentação e considerações dos componentes da mesa, o vice-presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Rio, deputado Marcelo Freixo convidou as pessoas presentes a se pronunciarem. Fazendo uso da palavra os moradores relataram vários acontecimentos, e queixaram-se sobre a violação generalizada dos direitos humanos nas comunidades do Complexo do Alemão e de Manguinhos; tanto por parte de agentes do governo, quanto por parte de narcotraficantes. As denúncias e propostas feitas na audiência se vincularam a quatro eixos:

I - Violação dos Direitos Humanos durante a incursão das forças policiais nas comunidades, segundo relatos das pessoas que participaram da audiência: Casos de abuso de autoridade, invasão de domicílio, prisões ilegais, constrangimento, agressão física e moral. Durante as incursões, os membros das forças policiais trataram todas as pessoas da comunidade como se fossem criminosos, mesmo diante da apresentação de documentos, carteiras de trabalho ou comprovação de *status* universitário, ou seja, nível superior, etc;

II – Violação dos direitos da educação da criança e do adolescente pelo Estado e pelas forças policiais durante as incursões, segundo relato das pessoas que fizeram uso da palavra: O tráfico de drogas interfere no ano letivo de várias escolas nas

comunidades. Os narcotraficantes decidem como e quando as escolas vão funcionar. Ao invés de garantir a segurança, o Governo fecha as escolas. Diante da impotência do Estado perante o tráfico, crianças e adolescentes são mandadas para escolas fora de suas comunidades. As escolas danificadas durante os confrontos entre policiais e traficantes ou traficantes contra traficantes não são recuperadas de forma adequada pelo Estado. Policiais fazem revistas nas crianças e adolescentes, principalmente, quando estes se dirigem ou saem das escolas. Durante a última operação policial, um adolescente de 15 anos foi morto por policiais quando se dirigia a escola. Algumas das pessoas presentes destacaram que o referido adolescente não participava do tráfico, nem de outras atividades ilícitas;

III – Relatos sobre Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - à luz do entendimento das pessoas que fizeram uso da palavra e de outras que se encontravam na platéia: O PAC é um programa obscuro e se constitui numa política pública imposta de cima para baixo, sem a participação da comunidade que não teve a oportunidade de discuti-lo. Desconfia-se de que o PAC para as comunidades do Complexo do Alemão e Manguinhos seja um programa “higienizador” e remova parte da população para outras áreas. Os moradores temem que a substituição dos becos existentes nas favelas por ruas tem como objetivo facilitar a passagem do “Caveirão”. Inúmeras vezes foi destacado o “medo” de que outras operações policiais ocorram, agora justificadas pelo programa. Muitos moradores acham que o PAC vai demolir centenas de casas de trabalhadores.

IV- Propostas apresentadas pelas pessoas das comunidades que fizeram uso da palavra e de outras que se encontravam na platéia: Criação de políticas públicas preventivas para reduzir a violência nas comunidades;. mais trabalho de inteligência policial ao invés de violência contra o cidadão, principalmente, durante as incursões policiais; implementação de políticas públicas intersetoriais entre as secretarias municipais de Saúde, Assistência Social, Educação, com a participação efetiva da sociedade civil organizada do complexo do Alemão e Manguinhos; incremento da comunicação entre os diversos órgãos do poder público para otimização de políticas públicas nas comunidades; criação de Conselhos Tutelares para atuarem nas comunidades, uma vez que os Conselheiros existentes nas localidades não entram (por receio) nos lugares onde a violência é mais acirrada; abertura de um canal de

comunicação direto entre o PAC e as comunidades do complexo do Alemão e de Manguinhos.

Durante a audiência a presidente da ONG *Nascimento para o Bem* (Nascibem), Sr^a Mariza Maria Conceição do Nascimento, entregou para os representantes de entidades governamentais e não-governamentais cópia de um documento contendo nove propostas de inclusão social para as comunidades locais, a serem inseridas no PAC, a saber: **a)** Criação de cursos profissionalizantes com a utilização dos espaços físicos ociosos, tais como a antiga fábrica da Coca-Cola, da Heliogás, da Poesi Sayonara, etc.; **b)** Construção de escolas públicas de ensino fundamental, médio e pré-vestibular; **c)** Construção de creches e pré-escolas para atendimento às mães que trabalham fora da comunidade; **d)** Construção de uma unidade “Mãe” para a referência do atendimento básico do Programa Saúde da Família (PSF); **e)** Construção de um centro esportivo; **f)** Construção de um centro de convenções para realização de reuniões, seminários, e oficinas de prevenção e promoção da saúde e cidadania; **g)** Construção de três passarelas na estrada do Itararé (em frente à fábrica da Coca-Cola, da fábrica da Poesi e da Grota); **h)** Construção de uma biblioteca pública; **i)** Abertura da rua de acesso ao pico do Morro do Adeus.

Alguns relatos aqui expostos foram obtidos através de oitiva da representação do Conanda junto a outros membros das comunidades que se encontravam na audiência e, por receio, não quiseram falar publicamente.

4.5 Documentos e dossiês

Antes, durante e após a missão, a equipe da Relatoria teve acesso a diversos documentos e dossiês encaminhados por organizações da sociedade civil e por instituições públicas, entre elas, relatórios de comissões da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Em resposta à solicitação formal da Relatoria, o Ministério Público Estadual encaminhou pedido de informações para as secretarias municipal e estadual de Educação sobre a situação educacional na região do Complexo do Alemão. Esse foi respondido somente pela Secretaria Municipal de Educação. O Ministério Público Estadual também

encaminhou cópia de autos referentes a denúncias de casos de violência na escola apresentada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro.

O Ministério Público Federal encaminhou à Relatoria cópia dos procedimentos referentes às denúncias de casos de tortura, homicídios e roubos praticados contra moradores do Complexo do Alemão durante o cerco policial na área. Enviou-nos também a denúncia de violação dos direitos das crianças e adolescentes por meio de revista pessoal feita por policiais e Força de Segurança Nacional.

5. EDUCAÇÃO E NOVOS CONFLITOS ARMADOS

Diante das informações levantadas por meio da missão e de documentos encaminhados posteriormente à Relatoria, cujo teor aponta diversas violações dos direitos humanos da comunidade e a alta vulnerabilidade da população frente aos conflitos entre narcotraficantes e entre forças de segurança e narcotraficantes; debruçamos-nos na discussão da revisão dos conceitos de conflito armado e de violência armada na possibilidade da aplicação desses contextos no contexto do Complexo do Alemão e de áreas similares. O objetivo foi o de buscar instrumentos, caminhos e estratégias, ancoradas na discussão de experiências e em acordos e convenções internacionais, que permitissem ampliar a proteção e a garantia dos direitos humanos da população em contextos como esses.

5.1 Novos conflitos armados

Nos últimos anos, vem sendo desenvolvida a revisão do conceito de conflito armado em nível internacional e, especialmente, na América Latina. Tal revisão visa ampliar o conceito previsto no Direito Internacional Humanitário para além do que foi definido a partir da experiência histórica do século XX, na qual o conflito armado foi assumido como sinônimo de guerra – conflito bélico entre Estados Nacionais – e de conflitos intra-estatais movidos por grupos com objetivos políticos incompatíveis.

Tal processo de revisão vem sendo debatido no continente pela Coordenadoria Regional de Investigação Econômica e Social (Cries), centro de estudos vinculado ao *Global Partnership for the Prevention of Armed Conflict* (GPPAC). O GPPAC é uma rede composta por pesquisadores e pesquisadoras que assessoram às Organizações das Nações Unidas na construção e desenvolvimento de estratégias de prevenção de conflito armado, sintonizadas com a defesa e a promoção dos direitos humanos.

O ponto de partida dessa revisão é que o conceito de conflito armado, construído ao longo do século XX, é insuficiente para reconhecer os novos conflitos armados e violentos, gerados nas últimas décadas no contexto da globalização, e de Estados “frágeis”, que garantam os direitos previstos e conquistados na legislação. No caso da América Latina, apesar de ser considerada uma das regiões mais pacíficas do planeta com relação às guerras - mesmo depois de vivenciar vários conflitos entre Estados nos séculos XIX e XX -; a profunda iniquidade, a pobreza e a exclusão social a tornam um

ambiente propício para o aumento de conflitos. Este perverso quadro se articula à falta de políticas de desenvolvimento que assegurem sustentabilidade e justiça social, e à dificuldade dos processos de democratização em gerar mudanças significativas nessa lógica.

Pesquisas do Cries apontam que, apesar de existir uma tendência à diminuição de conflitos entre Estados no continente (reconhecendo a retórica e processos militaristas em alguns países), há um forte movimento de crescimento de conflitos violentos por razões internas (tanto políticas como sociais e étnicas) ou por processos transnacionais (migração, transnacionalização de redes criminais, crescimento de conflitos domésticos). Tal situação é ilustrada pela organização por meio da complexa situação colombiana, pela crise vivida no Haiti e por outros países andinos; como também pela crescente ameaça do narcotráfico, do crime organizado e do tráfico de armas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro - gerando confrontos entre organizações criminais e forças de segurança, com grandes perdas civis.

Neste marco, desde a perspectiva da cidadania, na atualidade, os conflitos potenciais se vinculam à ausência ou debilidade de mecanismos institucionais de prevenção desenvolvidos pelos estados ou organismos regionais frente à crescente violência associada, por um lado, à insegurança e ao desenvolvimento da criminalidade, com suas dimensões transnacionais, e por outro, à crescente polarização política gerada pelas desigualdades sociais e étnicas, a exclusão social e a fragilidade institucional dos sistemas democráticos. Neste contexto, toda prevenção de conflito armado ou violento requer a formulação, por parte de diversos atores, de estratégias de médio e longo prazo, que abordem não só as situações *ad-hoc*, mas também as causas estruturais dos conflitos vinculados a estes fatores. A prevenção dos conflitos não pode limitar-se aos sintomas, mas devem contemplar as causas que podem levar aos conflitos armados em nossa região. (SERBIN, UGARTE, 2007).

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha, organismo guardião da defesa do Direito Internacional Humanitário, aponta também a necessidade do reconhecimento de novos tipos de conflito armado interno:

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é provavelmente mais conhecido por suas atividades de proteção humanitária e assistência em situações de conflito armado, e por seu esforço infatigável de promover o respeito ativo pelas regras do direito internacional humanitário junto aos

integrantes das forças armadas. Este esforço do CICV em promover a adesão ao direito internacional humanitário concentra-se talvez, invariavelmente, junto aos integrantes das forças armadas no mundo todo. No entanto, o CICV está ciente de que a natureza das situações de conflito armado está mudando. A maioria delas, atualmente, caracteriza-se por ser não internacional (isto é, localiza-se dentro do território de um Estado). Grande parte dessas situações não são formalmente reconhecidas como conflitos armados não internacionais - aos quais se aplicariam certas regras de direito internacional humanitário. Entre os protagonistas dos conflitos atuais incluem-se freqüentemente integrantes de forças policiais e de segurança. (...) Situações atuais de violência armada são caracterizadas por um desprezo sistemático e em larga escala pelos princípios fundamentais de humanidade. O direito à vida, liberdade e segurança da população civil é freqüentemente desrespeitado, fazendo com que, conseqüentemente, muitas vítimas necessitem de proteção e assistência.

O CICV reconhece que, para assegurar uma proteção e assistência adequadas às vítimas de situações de violência armada, é importante, mesmo essencial, concentrar-se nos integrantes das forças policiais e de segurança além dos integrantes das forças armadas. A melhor proteção que pode ser oferecida às vítimas (em potencial) de violência armada é assegurar o respeito aos princípios fundamentais de humanidade, na conduta e operações não apenas das forças armadas, mas também das forças policiais e de segurança. Esses princípios fundamentais de humanidade podem ser estabelecidos a partir do direito internacional humanitário e dos instrumentos internacionais de direitos humanos. (River, 1998, pág.9)

Os pesquisadores do Cries ao expressarem o que entendem sobre os conflitos em uma sociedade, apontam que esses não devem ser negados, mas pelo contrário, explicitados e reconhecidos, como parte fundamental da dinâmica e da mudança social, e enfrentados na perspectiva da busca de caminhos não-violentos de resolução. Nesse sentido, posicionam-se enfaticamente contra qualquer tentativa por parte do Estado, e da sociedade, de criminalização dos movimentos sociais que pressionam por mudanças estruturais no continente.

5.1.1 Redefinição do conceito de conflito armado

Buscando redefinir o conceito a partir dessa complexa realidade, o Cries entende o conflito armado como aquele

- caracterizado pelo emprego, atual ou potencial, de violência coletiva, ou seja, de violência utilizada como instrumento por pessoas que se identificam como parte de um grupo – mesmo que seja transitório ou como uma identidade mais permanente – contra outro grupo, ou conjunto de indivíduos, para lograr fins políticos, econômicos e sociais;
- que implica um enfrentamento entre atores estatais ou não, caracterizado por uma significativa intensidade entre eles, e freqüentemente por certa duração mais ou menos prolongada do conflito, sendo que este último aspecto não é uma condição necessária;
- gerador de sofrimento exarcebado, violação dos direitos humanos e mortes da população civil.

5.1.2 Prevenção de conflito armado

Nessa perspectiva, os protagonistas dessa nova abordagem conceitual propõem a revisão do conceito de “emergência humanitária” e de “prevenção de conflitos armados” abarcando os novos tipos de conflito armados. Assumem a prevenção como prevista no marco da ação europeia: “ação concertada com o objetivo de dissuadir, resolver e/ou por fim a diferenças antes que se produza uma escalada de violência”. As estratégias de prevenção se desenvolvem por meio de duas frentes:

- **Estratégias antes da crise**, chamadas de prevenção operacional. Visam, em caso de conflito interno, restaurar a legítima autoridade do Estado e a vigência dos direitos humanos;
- **Estratégias dirigidas às causas profundas do conflito violento**, intituladas prevenção estrutural. Visam assegurar a vigência das normas legais internacionais

destinadas a diminuir as ameaças contra a segurança; lutar contra a proliferação de armas de destruição massivas; promover medidas de construção de confiança e segurança, como também o desenvolvimento e o bem-estar das populações, o desenvolvimento humano, incluindo a igualdade de gênero, a redução da pobreza e o crescimento econômico; assegurar o acesso equitativo às oportunidades econômicas, à justiça e aos direitos humanos, assim como a vigência do sistema democrático; entre outras medidas.

Nessa perspectiva, a participação da sociedade civil e das comunidades atingidas é eixo central de qualquer estratégia que pretenda enfrentar efetivamente as causas, o desenvolvimento e as conseqüências de tais conflitos. Abordaremos depois o papel da participação social nas estratégias de prevenção de conflitos armados.

5.2 Violência Armada e Desenvolvimento

Entendemos que a revisão e ampliação do conceito de conflito armado, na perspectiva de promoção dos direitos humanos, apresentadas anteriormente neste relatório, estão sintonizadas com o que vem sendo chamada por outras organizações e governos em nível internacional de “violência armada”. Previsto na Declaração de Genebra sobre Violência Armada e Desenvolvimento (2006), o conceito de violência armada busca abarcar os fenômenos que ultrapassam a abordagem clássica de conflito armado restrita às guerras entre países ou a conflitos entre forças de segurança estatais e dissidentes dentro de um mesmo país.

A Declaração conta com a adesão de 42 países (entre eles, o Brasil) e tem por objetivo principal a promoção de políticas e programas de redução da violência armada nas agendas das políticas de desenvolvimento internacionais e nacionais. Nela, os países reconhecem que a violência armada pode prejudicar o desenvolvimento humano e a realização dos Objetivos do Milênio previstos para 2015²⁸.

Entre os compromissos assumidos pelos países signatários estão o combate à proliferação e o tráfico de armas de fogo; a promoção, prevenção, resolução e reconciliação de conflitos e o apoio à reconstrução pós-conflito e garantia e respeito aos

²⁸ “Pacto liga redução da violência aos Objetivos do Milênio” in site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento www.pnud.org.br/noticias/impresos.php?id01=2053

direitos humanos²⁹. A participação da sociedade civil é considerada fator decisivo para o alcance das metas.

Para que a Declaração contemplasse a perspectiva regional e continental foram realizados entre 2007 e 2008 três encontros regionais: América Latina e Caribe na Guatemala (2007), África no Quênia (2007) e Ásia na Tailândia (2008).

A América Latina é considerada a região mais afetada pela violência armada sem envolver guerra civil. Na Declaração Regional da Guatemala, os 12 países signatários se comprometeram a promover estudos que firmem o vínculo entre violência armada e desenvolvimento; combater, prevenir e eliminar as atividades do crime organizado; e deter a circulação descontrolada e o tráfico ilícito de armas de fogo e munições por meio da regulamentação do comércio, aquisição, posse e porte de armas pela população civil. Assinaram a Declaração Regional os seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Peru e República Dominicana.

5.3 Complexo do Alemão: território de violência armada

Considerando o que a Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação apurou por meio da missão realizada em outubro de 2007, entendemos que a situação vivida pelas comunidades do Complexo do Alemão e de outras favelas cariocas se enquadra no conceito ampliado de conflito armado ou no que vem sendo chamado pela Declaração de Genebra de violência armada. Tal situação se caracteriza por confrontos frequentes entre narcotraficantes e forças de segurança, gerando sofrimento, perdas civis e violações diversas dos direitos humanos desses territórios, entre eles, o de educação. Lembramos que a continuidade desse tipo de intervenção está posta já que, segundo o depoimento do secretário José Beltrame à equipe da Relatoria, “as operações policiais continuarão da forma como vêm ocorrendo até o desmantelamento total da estrutura do crime organizado, gerando ônus inevitáveis para as comunidades envolvidas”.

5.4 A utilização dos *Requisitos Mínimos para a Educação em Situação de Emergência*

²⁹ “Violência armada na agenda de desenvolvimento” por Shelley de Botton.
www.comunidadessegura.org/?q=pt/node/33259/print

Ao caracterizar a situação vivida pelo Complexo do Alemão e de outras comunidades do Rio de Janeiro como “violência armada” ou “conflito armado”, a partir da revisão do conceito anteriormente abordada, a Relatoria reivindica o uso do documento internacional *Requisitos Mínimos para a Educação em Situação de Emergência (Minimum Standards for Education in Emergencies, Chronic Crises and Early Reconstruction)*, lançado em 2004 pelo *Interagency Network for Education in Emergencies*, (INEE). O INEE é uma rede inter-institucional de educação em situação de emergência composta por agências da ONU, organizações não-governamentais, governos, profissionais, pesquisadores e representantes de comunidades afetadas por situações de emergência. O INEE define as situações de emergência como termo genérico que abarca duas categorias:

- **Catástrofes naturais:** secas, furacões/tufões, terremotos, inundações, etc.;
- **Emergências complexas:** situações geradas pela ação humana. Nelas, a segurança, o bem-estar e a dignidade das comunidades estão em perigo devido a vários fatores de crise, entre eles, os conflitos armados.

Em 2003, foi constituído um grupo de trabalho do INEE que elaborou um documento contendo requisitos, indicadores e orientações que garantissem o direito à educação em situações de emergência. A partir deste documento, foi aberto um processo de consulta e de debate internacional em 50 países, visando o aprimoramento coletivo do texto. O documento final foi consolidado por meio do trabalho de 40 especialistas no tema.

Os requisitos têm por base a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), as metas de Educação Para Todos (EPT) de Dakar, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e a Carta Humanitária do Projeto Esfera, lançada em 1997 pelos movimentos da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e de um grupo de ONGs. Os três primeiros documentos afirmam o direito à educação pública de qualidade para todos, incluindo aqueles que foram afetados por situações de emergência.

O documento se estrutura em cinco grupos de requisitos, indicadores e orientações. A seguir, apresentamos alguns de seus conteúdos, que são pertinentes à realidade vivida no Complexo do Alemão:

1. Requisitos Mínimos transversais a todas as estratégias: 1) participação comunitária; 2) recursos locais, 3) levantamento e caracterização inicial; 4) estratégia de ação; 5) monitoramento; 6) avaliação. Estes requisitos são apresentados em dois subgrupos: Análise da Realidade (caracterização, respostas, monitoramento e avaliação) e Participação Comunitária (participação e recursos).

Com relação à Análise da Realidade, o documento defende que os programas de emergência devem basear-se em um conhecimento preciso da realidade e contemplar a educação formal e a não-formal. A educação não pode ser isolada de outros fatores, ou isolada de valores econômicos, religiosos e tradicionais; das práticas sociais; dos fatores políticos; de segurança e dos mecanismos de gestão. A análise das causas e dos efeitos de uma situação de emergência é decisiva. Os programas de emergências educativas eficazes baseiam-se em um conhecimento profundo da comunidade afetada pela crise e no envolvimento ativo desta na planificação do programa.

Para a rede de organizações que criou o documento, o termo “participação comunitária” refere-se tanto aos processos como às atividades que permitam ouvir os membros de uma população afetada, capacitando-os para a participação nos processos de tomada de decisão e habilitando-os para encetar a ação direta em questões educativas. Há vários graus e níveis de participação: simbólica, consultiva e plena. Segundo o documento do INEE, a experiência mostrou que a participação simbólica é ineficaz no estabelecimento de programas de qualidade de longo prazo. A participação de membros da comunidade afetada pela emergência – incluindo grupos vulneráveis – na caracterização, planejamento, implementação, gestão e monitoramento das ações deve ser maximizada para assegurar a adequação, eficácia e qualidade da resposta. Cumulativamente, a participação comunitária funciona como uma estratégia para identificar e mobilizar recursos locais dentro da comunidade, assim como construir consensos e apoio para os programas educativos.

2. Acesso à educação e ambiente de aprendizagem: em tempos de crise, o acesso à educação pode ser limitado. Mas a educação pode ter um papel importante no apoio às populações afetadas por uma crise, uma vez que lhes proporciona conhecimento e capacidades adicionais para que possam reaver a normalidade em suas vidas. No entanto, na maioria das vezes, é mais complexo organizar as atividades educativas num contexto de emergência e existe o perigo dos grupos vulneráveis não terem acesso à

educação. O Estado tem o dever de assegurar que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades educativas e relevantes e que os ambientes de aprendizagem sejam seguros e promovam a segurança e o bem-estar mental, emocional e psicológico dos alunos.

3. Ensino e aprendizagem: É vital que a educação seja relevante para os alunos. Isto requer um trabalho conjunto com as comunidades, visando à identificação de suas necessidades educativas. Isto significa trabalhar, se possível, por meio dos sistemas educativos existentes, em vez de constituir novas estruturas. Significa enfatizar a participação ativa da comunidade em todos os esforços educativos, incluindo decisões acerca dos conteúdos educativos. (...) Os programas de educação em situações de emergência são uma forma de intervenção psicossocial na medida em que estabelecem um ambiente de aprendizagem, fornecem uma agenda regular e promovem sentimentos de esperança para o futuro. Todos aqueles que estão envolvidos na organização da educação, particularmente, professores e administradores escolares devem receber orientação acerca de seu papel, minimizando o impacto psicológico e social das situações de emergência nos alunos.

4. Professores, Professoras e outros profissionais de educação: No contexto de emergência, os/as profissionais de educação trabalham em condições difíceis e, por vezes, marcadas pela insegurança. É fundamental que os profissionais contem com formação e condições de trabalho adequadas, suporte, supervisão e sejam incentivados e recompensados.

5. Política educativa e coordenação: As declarações e os instrumentos internacionais proclamam o direito de todos os indivíduos à educação, o que é fundamental para a promoção dos direitos humanos. Em contextos de emergência é importante que estes direitos sejam preservados. Os responsáveis pela educação e as principais partes interessadas devem desenvolver e implementar um plano de ação que tenha em consideração políticas educativas nacionais e internacionais, que defenda o direito à educação e que seja capaz de dar respostas às necessidades educativas das populações afetadas. Este plano deve ter por objetivo melhorar a qualidade da educação e o acesso à escola, e prever claramente a transição de uma resposta a uma situação de emergência para um período de desenvolvimento regular. O envolvimento da comunidade no planejamento de intervenções, programas e políticas é essencial para o sucesso de

qualquer resposta imediata. Em situações de emergência, é freqüente haver falta de coordenação e os programas educativos serem conduzidos por diferentes partes envolvidas. É necessário haver mecanismos de coordenação entre todos os participantes ao nível da comunidade, do distrito, do país e da região, os quais devem ser inclusivos e transparentes.

6. PARECER E RECOMENDAÇÕES DA RELATORIA

Entendemos ser dever do Estado restaurar sua autoridade no Complexo do Alemão e em outras comunidades do Rio de Janeiro dominadas pelas forças do narcotráfico que, como apontado pelo relator especial da ONU para Execuções Sumárias Philip Alston, “dominam comunidades inteiras, submetendo os residentes a uma violência sem sentido e à constante repressão”.

Porém, questionamos a forma como vem sendo desenvolvida essa autoridade, baseada no uso arbitrário e excessivo da força e temos grandes dúvidas sobre a sua eficácia, ao identificarmos:

- Um conhecimento limitado por parte das autoridades públicas das dinâmicas sociais e das complexidades envolvidas na constituição do poder, do funcionamento e da reprodução das redes do narcotráfico na região. Essa visão é muitas vezes marcada por preconceitos diversos e pela estigmatização das comunidades;
- A inexistência de estratégias articuladas entre níveis de governo (municipal, estadual e federal) e entre áreas de governo (sociais, de segurança e de trabalho) que visem garantir os direitos humanos das comunidade e impactar as causas estruturais do conflito. Desta forma o Estado brasileiro, mais uma vez em sua história, se apresenta para a população de baixa renda com sua face predominantemente repressiva;
- A inexistência de estratégias de prevenção operacional ou estrutural e de qualquer outra iniciativa que vise a proteção das comunidades envolvidas;
- A existência de diversas denúncias de violência cometidas pela polícia e pela Força de Segurança Nacional contra as comunidades, que abarcam casos de homicídios, tortura e roubos, em fase de apuração pelo Ministério Público Estadual;
- Uma visão etapista da intervenção estatal presente nos discursos das autoridades públicas: em primeiro lugar o Estado chega com as operações de “limpeza” das redes criminais, seguidas de obras de infra-estrutura do PAC e, por último, a garantia de serviços sociais adequados.

Com relação à garantia do direito à educação, no auge do conflito ocorrido em 2007, a única iniciativa foi a da Secretaria Municipal de Educação. Em junho daquele ano,

depois de quase dois meses sem aulas nas escolas localizadas no epicentro do conflito, a SME buscou viabilizar condições mínimas para que cerca de 4 mil crianças e jovens que freqüentam escolas municipais pudessem retomar as aulas no CIEP Gregório Bezerra. Os alunos e alunas foram atendidos em jornada reduzida (2 horas por dia) e em condições precárias num equipamento estadual. As crianças da educação infantil não contaram com tal atendimento.

Identificamos a inexistência de qualquer articulação entre níveis de governo (municipal, estadual e federal) para o desenvolvimento de estratégias que minimizassem os impactos das ações policiais na comunidade com relação ao direito à educação. Tal constatação faz parte das falas da secretária Municipal, Sonia Mograbi e do ex-secretário estadual de Educação, Nelson Maculan para a equipe da Relatoria.

É importante também reconhecer que a nova abordagem das políticas de segurança pública, previstas no Pronasci; e a construção de obras de saneamento e infraestrutura nas comunidades pelos governos federal, estadual e municipal, por meio de recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento); podem vir a se constituir em oportunidade para se estabelecer um novo padrão de relacionamento entre governos e comunidades.

6.1 A garantia do direito à educação

Como já apontado anteriormente, a missão às escolas públicas e comunidade do Complexo do Alemão revelou a urgência de que a educação naquela localidade seja assumida como uma educação em situação de emergência e de que seja reconhecida a situação de vulnerabilidade extrema em que se encontra a comunidade. Como já informado, em nível internacional, “educação em situação de emergência” é aquela decorrente de catástrofes naturais ou das chamadas emergências complexas. As “emergências complexas” são situações de gravidade social geradas pelos seres humanos, entre elas, os conflitos armados.

O que vimos demonstra que a violência, na qual as escolas estão imersas, é permanente e cotidiana e não episódica, como informado por algumas autoridades. Esta violência tem momentos de pico e é sentida de forma diferenciada nas áreas do Complexo do Alemão e adjacências. Depoimentos apontam que ela se intensificou nos últimos anos em várias áreas, alcançando níveis preocupantes a partir da operação policial de maio de 2007. A equipe da Relatoria observou que não existem estratégias

articuladas entre as áreas de segurança pública e as áreas sociais para minimizar o impacto e garantir a proteção e os direitos destas comunidades.

Grande parte das escolas da região sofre da falta de professores, um problema que afeta todo o estado, mas de forma intensa a região do Complexo. Há escolas nas quais encontram-se turmas inteiras sem aulas, e há anos não é ministrada a disciplina de matemática. Em decorrência da violência e dos baixíssimos salários, muitos professores não permanecem nas escolas. As escolas apresentam também infra-estrutura inadequada ou sem manutenção, recursos insuficientes para a merenda, há demanda por vagas, como no caso das creches, e uma baixíssima qualidade do ensino em grande parte delas, apesar do esforço heróico de muitos e de muitas profissionais da educação. Também destacamos o comprometimento da saúde mental de vários profissionais e estudantes.

Entendemos como necessário que o poder público “reassuma o poder do território”, não somente por meio de políticas de segurança, mas com serviços sociais de qualidade, com uma educação de qualidade que garanta os padrões básicos previstos na legislação educacional. São necessários postos de saúde com profissionais e equipamentos, e uma política de assistência social consistente articulada a políticas de trabalho e renda. Segundo depoimentos, o entorno do Complexo do Alemão viveu na última década um processo de “desindustrialização” que levou ao desemprego 20 mil pessoas. É fundamental apostar em um conjunto de políticas articuladas que melhorem as condições de vida da população.

6.2 Responsabilidade do Estado

Como abordado anteriormente, segundo a observação 13 do Comitê Desc, que dispõe sobre a aplicação do artigo 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o direito à educação se concretiza por meio de quatro características interrelacionadas: disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade. Considerando essas quatro características, entendemos que o Estado brasileiro (União, Estado e município) viola o direito humano à educação da comunidade do Complexo do Alemão e de outras comunidades cariocas ao não garantir condições mínimas que permitam a efetivação desse direito. Tal violação se materializa da seguinte forma:

- **Disponibilidade:** Prevê que o direito à educação esteja disponível a todos e a todas.

Situação no Complexo do Alemão: a falta de condições das escolas, os baixos salários dos profissionais de educação, a rotatividade de professores e a violência cotidiana constituem alguns dos obstáculos para que as escolas consigam oferecer atendimento adequado. Muitas turmas matriculadas não têm aulas há meses e outras não têm acesso ao ensino de algumas disciplinas, como a de matemática.

- **Acessibilidade:** Pressupõe que todos e todas tenham acesso à educação pública, sem qualquer tipo de discriminação.

Situação no Complexo do Alemão: Apesar do Brasil e, especificamente, o Estado do Rio de Janeiro apresentar graves problemas com relação ao déficit de professores, entendemos que o governo discrimina negativamente a comunidade do Complexo do Alemão, oferecendo serviços de mais baixa qualidade, quando comparados a outras regiões da cidade, como demonstra o levantamento do movimento *Rio Como Vamos*, apresentado anteriormente neste relatório.

- **Aceitabilidade:** Prevê que a educação oferecida esteja comprometida com a qualificação dos e das profissionais da educação, e com métodos e programas pedagógicos que efetivem a qualidade da educação pública.

Situação no Complexo do Alemão: Pelas razões acima colocadas, entendemos que o Estado não garante os padrões mínimos estabelecidos no artigo 206 da Constituição Federal, e no artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

- **Adaptabilidade:** Prevê que a escola respeite a raça, a religião, os costumes e a cultura das pessoas, se adaptando a seus alunos e alunas. Apesar do esforço heróico dos profissionais de educação, que atuam na área, e de alguns projetos importantes propostos pelas secretarias municipal e estadual, entendemos que esta dimensão não está adequadamente assegurada, exigindo condições, formação e suporte consistente e coerente por parte dos órgãos centrais. Apesar de se localizar em região predominantemente habitada por população negra (parda e preta, segundo a classificação do IBGE), identificamos a quase inexistência de iniciativas vinculadas à implementação da LDB, alterada pela Lei nº

10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino e da cultura africana e afro-brasileira na educação básica de todo país.

A situação de emergência na qual se encontra o Complexo do Alemão e por outras comunidades exige um conjunto de medidas urgentes a serem implementadas pelos Estado brasileiro, entre elas:

- **Plano de ação:** Elaboração urgente de um plano de ação visando garantir o direito humano à educação de qualidade, levando em conta as várias dimensões do documento **Requisitos Mínimos para a Educação em Situação de Emergência**. Além da infra-estrutura adequada, especial atenção deve ser dada à necessidade urgente de recomposição do quadro de profissionais de educação com condições de trabalho adequadas, estímulo financeiro e suporte pedagógico para o exercício da função na área. O que implica estratégias que possibilitem a superação de um quadro marcado por contratações precárias, baixíssimos salários, intensa rotatividade e inexistência de apoio adequado por parte dos órgãos centrais às escolas dessas comunidades. O Plano também deve contemplar, de forma sistêmica, a rápida melhora do conjunto dos serviços sociais oferecidos nas comunidades e alternativas de trabalho que garantam condições de vida dignas para jovens e adultos desempregados ou subempregados. Propomos também que seja reaberta a discussão pública entre governos, entidades sindicais e outras organizações da sociedade civil sobre a pertinência e eficácia da realização de concursos públicos regionais na cidade para profissionais de educação, na perspectiva que contribuam para uma maior fixação da equipe pedagógica na escola.
- **Presença de operadores de direito:** Instalação de postos de atendimento permanentes às comunidades da área, por parte Ministério Público Estadual e Federal e da Defensoria Pública. Realização de visitas periódicas por parte dos organismos da ONU, da Cruz Vermelha, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e demais operadores do direito. Observamos que, em decorrência da escalada da violência, vários desses órgãos e instituições deixaram de visitar ou diminuíram de forma significativa sua presença na área, contribuindo para o abandono total das comunidades à ação de narcotraficantes e vulneráveis ao abuso de poder de determinados policiais. Identificamos também que várias empresas prestadoras de serviço de água, luz, correio, telefone, entre outras, diminuíram sua presença ou

deixaram de prestar atendimento às populações do Complexo e Adjacências em decorrência da violência.

- **Informação de qualidade:** Enfrentamos muitas dificuldades para acesso a dados quantitativos e qualitativos referentes à região. Encontramos informações contraditórias e insuficientes fornecidas pelo poder público. Para se construir estratégias eficazes e efetivas é fundamental a constituição de um sistema integrado de informações, que possibilite uma base qualificada para o planejamento da ação do poder público e da sociedade civil e o monitoramento de indicadores diversos, entre eles, situação dos equipamentos, evasão, repetência, rotatividade de docentes, problemas de saúde entre muitos outros. Neste ponto também destacamos a importância de que todos os dados e informações públicas estejam disponíveis para consulta pública, vinculadas a uma política de promoção da transparência e controle social que garanta o direito à informação pública de todo o cidadão e cidadã.
- **Articulação e coordenação de políticas:** É fundamental a articulação das políticas de segurança e das políticas sociais entre áreas de governo e entre governo federal, estadual e municipal. Esta articulação deve se concretizar por meio de uma instância coordenadora constituída para este fim, que possibilite o planejamento, o monitoramento e a avaliação das ações e políticas consistentes. Para ilustrar a desarticulação existente no momento, exemplificamos com o fato de que antes, durante e após a megaoperação policial de maio e junho, não ocorreu nenhuma comunicação entre segurança pública e secretaria municipal da educação visando à constituição de estratégias de proteção das comunidades escolares. A Secretaria Municipal possui o maior número de escolas no Complexo e Adjacências.
- **Participação comunitária:** A constituição de instâncias institucionalizadas e permanentes de interlocução com as comunidades é fundamental em situações como a vivida pelo Complexo do Alemão e por outras comunidades dos morros cariocas. Instâncias baseadas não em uma participação figurativa, e nem consultiva, mas em uma participação que efetivamente contribua no processo de tomada de decisões, e que reconheça a diversidade inerente à organização comunitária. É importante que o poder público não reduza a convocatória para participação nesses processos somente aos considerados “aliados” dos governos. Nesse sentido, recomendamos que o processo de implementação do PAC

(Programa de Aceleração do Crescimento) possa se desenvolver em diálogo permanente com a comunidade, por meio de processos e instâncias institucionalizados.

- **Protocolo de segurança escolar:** Observamos em nossas visitas que não existe nenhuma orientação às escolas e às famílias com relação à segurança em caso de conflito. Como nos foi dito pelo governo estadual, serão realizadas novas operações policiais nas comunidades, por isso insistimos ser fundamental a criação de protocolos de segurança, construídos por meio da parceria entre segurança e áreas sociais, de forma a responder a algumas questões: O que fazer quando começa um tiroteio? Liberar ou não as crianças? Como orientar as famílias? Ouvimos depoimentos que mostram a total desorientação diante de tal situação, o que no nosso entender, aumenta o risco.
- **Cadastro de demanda:** Criação emergencial de cadastro de demanda por educação da população do Complexo do Alemão e Adjacências. Este cadastro deve abarcar os diferentes níveis e etapas da educação brasileira: educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio) e ensino superior e as modalidades (educação especial – para deficientes, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação indígena). Evidentemente, é recomendável que o cadastro seja atualizado para o conjunto da população do município do Rio de Janeiro.

Quanto às ações que o governo federal desencadeará em parceria com o governo estadual, junto aos habitantes dos morros cariocas recomendamos enfaticamente que o PAC possa ser assumido, não como mais um projeto, mas como uma estratégia articulada entre governos que permita a melhoria das condições de vida da população, baseadas em uma participação efetiva das comunidades. Comunidades que possuem uma organização, um dinamismo, uma criatividade imensa na forma como organizam suas manifestações culturais, suas redes de solidariedade, suas ações políticas. O poder público deve valorizar todo potencial e capacidade crítica e criativa dessas comunidades e de outras organizações da sociedade civil carioca, que possuem acúmulo histórico sobre as problemáticas enfrentadas, na perspectiva de que caminhos mais eficazes de combate efetivo às desigualdades e à violência sejam trilhados.

Comunidades essas que são compostas por jovens como Brito Andrade, de 20 anos de idade, morador do Complexo do Alemão, que imbuído de esperança atua para o fim da violência na região. Aqui registramos seu depoimento emocionado sobre a situação da área e o cerco policial ao Complexo do Alemão:

No nível de violência em que nos encontramos é necessário dizer ao invés de basta, outras palavras mais esperançosas, como vida e dignidade. Pois é nelas que o poder público deve investir e a sociedade deve aceitar e defender. Somente dando valor à vida e à dignidade humana nossos governantes investirão em saúde, educação e cidadania como um caminho possível para a resolução, a longo prazo, desse problema urbano.³⁰

³⁰ “Guerra Urbana e Respeito à Vida”. Redações de jovens, disponibilizadas pelo Cedaps (Rio de Janeiro, 2007).

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Geral:

ANISTIA INTERNACIONAL. Por Trás do Silêncio. Experiências de mulheres com a violência urbana no Brasil. Londres/Reino Unido: Amnesty International Publications, 2008.

EDMUNDO, Kátia Maria Braga (Org.). *Clubes comunitários de adolescentes do Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Estudos Cedaps/Centro de Promoção da Saúde, 2005 (no prelo).

_____. *Pesquisa participativa: situação da infância e adolescência no Complexo do Alemão*. Rio de Janeiro: Estudos Cedaps/Centro de Promoção da Saúde, 2007

ERTHAL, João Marcello; DIAS, Maurício. Batalha no Alemão. *Carta Capital*, São Paulo: Editora Confiança Ltda, nº 451, p. 20-25, jul. 2007.

GRACIANO, Mariangela (Org.). *Educação também é direito humano*. São Paulo: Ação Educativa. Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento., 2005.

LEAL, Maria Edith Pereira. *O Programa Nova Escola: avaliação institucional nas escolas da rede do Estado do Rio de Janeiro*. 2004. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOBO, Flávio. Operação Favela. *Revista Página 22*, São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP/FGV, nº 14, p. 42 - 49, nov. 2007.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Proposta de implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Brasília: 2007..

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública na baixada fluminense*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – CESeC, 2007.

REQUISITOS mínimos para a educação em situação de emergência: crises, crônicas e reconstrução. Portugal: Instituto Politécnico de Viana do Castelo/Escola Superior de Educação, 2006.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa. A oposição favela - bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação SEADE, n. 15, p. 144 - 154, 2001.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo. Conselho Estratégico de Informação da Cidade. *Estimativa para a população infantil do Município do Rio de Janeiro e o atendimento na Rede Escolar Municipal*. Rio de Janeiro: 2007. Ata de reunião nº 54.

_____. *Avaliação da violência interna e externa nas escolas por suas diretorias em 2001, 2005 e 2007*. Rio de Janeiro: dez. 2007. Ata de reunião nº 54.

RODRIGUES, José Roberto da Silva. *Resultados escolares e responsabilização no Rio de Janeiro*. 2007. 96 f.. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Revista Estudos Avançados. Dossiê Crime Organizado*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, vol.21, nº 61, p. 173-191, ago. 2007.

TOQUE de recolher na educação. *Retratos da Escola*, Brasília: Esforce Escola de Formação/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), nº 01, p. 31-34, out. 2007.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, vol. 15, nº 44, 5-34, out. 2000.

Sites:

ASSOCIAÇÃO DOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DAS POLÍCIAS MILITARES, BRIGADAS MILITARES, E CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.assinap.com.br>> e <http://www.assinap.com.br/assinap_not_quadro_seplaq.asp>. Acesso em: 11 jun. 2008.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO . Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/notas/cqj/cqilua.exe/sys/start.htm?tpl=home>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

_____. Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro:2006 - 2015. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/anexos/mapa/mapa_ver1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2008.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.governo.rj.gov.br/>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Disponível em: <<http://www.educacao.rj.gov.br/>>. Acesso em: 22 nov. 2007.

_____. Secretaria de Estado de Segurança. Disponível em: <<http://www.seguranca.rj.gov.br/>>. Acesso em: 06 fev. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT/Brasil. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/>>. Acesso em: 26 maio 2008.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

_____. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Disponível em: <www.rio.rj.gov.br/ipp>. Acesso em: 25 mar. 2008.

____. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

____. Secretaria Municipal de Educação. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/sme/>>. Acesso em: 25 mar. 2008.

RIO COMO VAMOS. Disponível em: <<http://www.riocomovamos.org.br/>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

RIO DE JANEIRO (Estado). Assembléia Legislativa. Comissão de Juventude. *Relatório final 2004-2006: políticas públicas da juventude*. Disponível em: <<http://www.molon.com.br/website/anexo/20092007134111.doc>>. Acesso em 30 de nov. 2007.

____. Instituto de Segurança Pública. *Balço das incidências criminais e administrativas no Estado do Rio de Janeiro (1º semestre de 2007)*. Disponível em <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Acesso em: 28.nov.2007

ROVER, C. de. *Para Servir e Proteger. Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário para Forças Policiais e de Segurança*. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Genebra, 2005. Disponível em <<http://www.cicr.org/web/por/sitepor0.nsf/htmlall/shop?OpenDocument>>. Acesso em: 20 jan.2008.

TOMASEVSKI, Katarina. *Los Derechos Económicos, Sociales y Culturales. El Derecho a la Educación. Relatório Misión a Colômbia*. Genebra: fev. 2004. Disponível em: <<http://www.unhcr.ch/Huridocda/Huridoca.nsf/TestFrame/b4a66ac0513edca8c1256e4a003a3001?Opendocument>>. Acesso em: 15 jan.2008.

Jornais On-line:

Jornal do Brasil

VICTOR, Duilo Victor; GRANDELLE, Renato. Uma década, só uma escola. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 ago. 2007. Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/extra/2007/08/18/e18081988.html>>. Acesso em: 20 ago. 2007.

Folha de São Paulo

BRASIL, Márcia. Nas redações, estudantes narram dias de Iraque no Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde01072007.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2007.

____.; NOGUEIRA, Italo. Operação da polícia mata ao menos 19 no Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2806200701.htm>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

TORRES, Sergio; BRASIL, Márcia; TOLEDO, Malu. Famílias acusam polícia de matar inocentes no Rio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde29062007.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

____; GOMIDE, Raphael. No Rio, tiros atingiram cabeça e tronco. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 jun. 2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde30062007.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

O GloboALUNOS retomam aulas suspensas há 30 dias por violência no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/06/18/296413036.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

BELTRAME determina que crianças só sejam revistadas sob 'forte suspeita'. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/19/296429345.asp>>. Acesso em: 19 jun. 2007.

BOECHAT, Isabel. Escolas estão abertas no Alemão, mas alunos não aparecem. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/29/296567405.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

____; PONTES, Fernanda; COSTA, Ana Cláudia Costa. Medo afasta crianças das escolas do Complexo Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/29/296568698.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

BOTTARI, Elenilce. Região do Complexo do Alemão foi principal pólo industrial do Rio, mas violência afastou empresas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/29/296568045.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

CÁSSIA, Cristiane de. Vila Cruzeiro: mais de mil alunos das creches continuam sem aulas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 12 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/12/296118235.asp>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

COSTA, Ana Cláudia. Balas perdidas ferem mais duas pessoas no Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 jun. 2007. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/22/296469623.asp>>. Acesso em: 22 jun. 2007.

_____. Crianças não vão às escolas no Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/29/296567451.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

COSTA, Ana Cláudia; MOTTA, Cláudio; CÁSSIA, Cristiane de. Crianças da Vila Cruzeiro retornam às aulas após mais de um mês longe das escolas. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/18/296409465.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

FONSECA, Pedro. Complexo do Alemão tem comércio aberto e escolas fechadas na 5ª. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/06/28/296550592.asp>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

KHALIP, Andrei. Megaoperação contra o tráfico deixa 18 mortos no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/06/27/296541012.asp>>. Acesso em: 27 jun. 2007.

MÃES reféns da violência no Complexo do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25 maio 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/05/25/295903308.asp>>. Acesso em: 01 jun. 2007.

MOTTA, Cláudio. Secretaria considera boa freqüência de alunos em Ciep na Penha. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/18/296409441.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

_____. Ciep recebe 4.480 alunos de outras seis escolas do Alemão. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/18/296409341.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

ONG cobra 'investigação imediata' de mortes no Rio. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/29/296573758.asp>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

REVISTA em crianças causa protestos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 14 jun. 2007. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/14/296183205.asp>>. Acesso em: 14 jun. 2007.

TIROTEIO na fazendinha leva pânico a crianças que saíam de escola. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/18/296419809.asp>>. Acesso em: 18 jun. 2007.

VILA CRUZEIRO: as aulas voltam, mas com pouca estrutura. *O Globo*, Rio de Janeiro, 11 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/11/296108367.asp>>. Acesso em: 11 jun. 2007.

WERNECK, Antônio. Número de mortos em confrontos com a polícia dispara no primeiro semestre. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 jun. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/06/23/296485431.asp>>. Acesso em: 23 jun. 2007.

Agência Brasil

BRENDLER, Adriana. Confronto entre policiais e traficantes deixa comunidade sem luz no Rio. *Agência Brasil, Brasília*, 19 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/08/19/materia.2007-08-19.0893345673/view>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

NOGUEIRA, Gislene. Houve execução sumária no Complexo do Alemão, conclui relatório. *Agência Brasil, Brasília*, 01 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/11/01/materia.2007-11-01.1487830985/view>>. Acesso em: 12 nov. 2007.

PLATONOW, Vladimir. Pesquisa aponta que morador do Complexo do Alemão vive 13 anos menos que o de Copacabana. *Agência Brasil, Brasília*, 10 maio 2007. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/05/10/materia.2007-05-10.2749296334/view>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

Carta Maior

BARBOSA, Bia. OEA recebe denúncia contra megaoperação no Complexo do Alemão. *Carta Maior, São Paulo*, 21 jul. 2007. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14517>. Acesso em: 15 dez. 2007.

SALLES, Marcelo. Moradores do complexo do Alemão reprovam invasões. *Carta Maior, São Paulo*, 26 jul. 2007. Disponível em:

<http://www.agenciartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14542>. Acesso em: 15 dez. 2007.

Procedimentos Judiciais:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. Procedimento PMF/RJ nºs 1.30.012.000437/2007-02; 1.30.011.002529/2007-29.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Procedimento MP/RJ nº 2007.000.53640; 2006.001.58592.00.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça, da Infância e Juventude: Ofício 4º CAOPJIJ nºs 411/2007; 541/2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Gabinete da 28ª Promotoria de Investigação Penal: Ofício nº 204/07.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude: Ofícios nºs 919/9ª PJIJ/2007; 915/9ª PJIJ/2007; 1093/9ª PJIJ/2007.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – 8ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca da Capital: Ofícios nºs 1025/PJIJ/2007; 2267/8ª PJIJ/2007; 0667/8ª PJIJ/2007; 2094/8ª PJIJ/2007; 2337/8ª PJIJ/2007; 2168/8ª PJIJ/2007; 2234/8ª PJIJ/2007; 2237/8ª PJIJ/2007; 2384/8ª PJIJ/2007; 2521/8ª PJIJ/2007.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – Secretaria Municipal de Educação: Ofício SME 2185.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – Secretaria Municipal de Educação. 3ª Coordenadoria Regional de Educação: Ofício nº 309.

FOTOS:



Mapa do Complexo do Alemão

Mapa disponível em: <<http://rizzolot.files.wordpress.com/2007/06/0629alemao1.jpg>>.
Acesso em 24 abr.2008



Complexo do Alemão

Disponível em: <<http://img45.imageshack.us/img45/3691/p12705604ca.jpg>>.

Acesso em: 09 jun.2008.



Igreja da Penha com favelas do Complexo do Alemão ao fundo

Foto: O GLOBO ONLINE. Foto de Custódio Coimbra. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/fotos/2007/06/29/29_MHG_rio_penha.jpg>. Acesso em: 26 jun. 2008.



Escola Municipal Monsenhor da Rocha

Da esquerda da para a direita: Denise Carneira (relatora); Suelaine Carneiro (assessora da relatoria); Maria Cristina Drouco (coordenadora pedagógica); Glória Aradas Blanco Almeida (diretora).

Foto: Equipe da Relatoria Nacional para o Direito à Educação.



Área externa do CIEP Theóphilo de Souza Pinto.

Foto: Equipe da Relatoria Nacional para o Direito à Educação no Complexo do Alemão.



Área externa do CIEP Theóphilo de Souza Pinto

Foto: Equipe da Relatoria Nacional para o Direito à Educação no Complexo do Alemão.



Reunião com profissionais da educação

Da esquerda para a direita: Bid (assessor deputado estadual Marcelo Freixo); Gesa Correa (diretora SEPE); Gilson Cardoso (MNDH); Veraci (assessora deputado federal Chico Alencar); Andréa Cassa (assessora vereador Eliomar Coelho); Maria Aparecida Patroclo (Criola); Josefa (Pastoral de Favelas).

Foto: Equipe da Relatoria Nacional para o Direito à Educação



Audiência pública na quadra da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense.

Na foto, da esquerda para a direita: Godofredo de Oliveira Neto (subsecretário estadual de educação); Leonardo de Souza Chaves (subprocurador do Ministério Público Estadual); Marcelo Freixo (deputado estadual) Alan Pinheiro Brum (Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia); Denise Carreira (Relatora Nacional para o Direito Humano à Educação); Lucina Phebo (coordenadora UNICEF/RJ); Siro Darlan (desembargador).

Foto: ALERJ - Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Audiência pública relatoria do Complexo do Alemão. Disponível em: < http://www.alerj.rj.gov.br/sala_imprensa.htm>. Arquivo de 11 jul. 2007.



**Audiência pública quadra da Escola de Samba Imperatriz Leopoldinense.
Plenária**

Foto: ALERJ - Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro. Audiência pública relatoria do Complexo do Alemão. Disponível em: < http://www.alerj.rj.gov.br/sala_imprensa.htm>. Arquivo de 11 jul. 2007. Acesso em: 26 jun. 2008.